



Região Autónoma dos Açores
Vice-Presidência do Governo

ORÇAMENTO da
Região
Autónoma dos
Açores

ORAA

PROPOSTA
2007



drot

DROT – Direcção Regional do Orçamento e Tesouro



PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2007

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	2
II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA	6
A) Economia Internacional	6
B) Economia Nacional	9
C) Economia Regional	11
III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS	41
A) Sector Público Administrativo	41
B) Administração Local	47
IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL	50
A) Orçamento da Receita	52
B) Orçamento da Despesa	61
C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos	74
D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo	81
V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL	82
A) Dívida Directa	82
B) Avals	85
VI – Sector Público Empresarial Regional	88



I – INTRODUÇÃO

Cumprindo o disposto na Lei de Enquadramento Orçamental da Região Autónoma dos Açores, Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro, e demais legislação, o Governo Regional submete à aprovação da Assembleia Legislativa da Região Autónomas dos Açores a proposta de orçamento para o ano de 2007.

O orçamento da Região para o ano de 2007, atinge o valor global de 1.255,2 milhões de euros, dos quais, 263,3 milhões de euros, respeitam a contas de ordem.

A presente proposta de orçamento reflecte já o novo enquadramento que resultou do processo de revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, e como tal, foi elaborado, tendo como referência a referida proposta.

De acordo com a proposta de Lei de Finanças das Regiões Autónomas, a Região Autónoma dos Açores vê reforçado o montante das transferências do Orçamento de Estado, o que vem ao encontro da posição sempre defendida pelo actual Governo Regional, de forma que houvesse uma discriminação positiva desta Região relativamente à Região Autónomas da Madeira.



Esta discriminação positiva, que agora transparece na nova proposta de lei, vem finalmente repor a justiça devida nos montantes a transferir pelo Orçamento de Estado, dado que as realidades entre as duas regiões são incomparáveis, salientando para o efeito, o número de ilhas de cada arquipélago bem com a distância entre estes e o continente português.

O Governo Regional congratula-se, assim, com a actual proposta de lei, porque da mesma resulta um reforço do montante das transferências do Orçamento do Estado para esta Região e, ao mesmo tempo, é eliminada a possibilidade da sua sujeição à Lei de Estabilidade Orçamental.

Nesta perspectiva, o Governo Regional vai, assim, poder continuar a sua estratégia de consolidação das finanças públicas regionais assentes em dois eixos estruturais. Prosseguir, por um lado com uma política de rigor orçamental, de forma que as contas públicas mantenham o seu equilíbrio orçamental e por outro, manter um clima social e económico que permita potenciar na Região um crescimento dos indicadores macroeconómicos que reforcem o processo de convergência com as médias do Continente Português e da União Europeia.

O Governo Regional continua, no actual orçamento, através de uma política de rigor e de contenção das despesas de funcionamento e de reforço do investimento público a assegurar aos agentes económicos a estabilidade e confiança necessários ao incremento dos seus investimentos. Neste sentido, a presente proposta consubstancia, um aumento das despesas de investimento na ordem dos 15,9 %, em relação à proposta de



orçamento do corrente ano, e de um aumento de apenas 1,3% nas despesas correntes.

É com esta política que o Governo Regional se tem pautado, perspectivando o futuro, sempre com prudência, mas também com audácia, tomando atempadamente medidas que permitam uma maior robustez na economia açoriana, e só assim, é possível uma política financeira assente na contenção das despesas de funcionamento e canalizando, simultaneamente, essa poupança para o aumento do investimento público regional.

A estimativa de receita no presente orçamento, sobretudo as receitas fiscais, tiveram por base os crescimentos previstos em sede de orçamento de estado, embora em alguns impostos, como o Imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP) e o Imposto de Rendimento sobre pessoas colectivas (IRC) a taxa de crescimento utilizada foi diferenciada para se coadunar mais com a realidade desta região.

A nível da receita fiscal o Governo Regional continuará a desenvolver esforços no sentido de aumentar a sua base de imputação, no âmbito do grupo de trabalho que tem vindo a estudar o apuramento da receita fiscal, pois só assim se compreende o índice de esforço fiscal previsto na formula da proposta de lei das finanças regionais e tem como objectivo premiar a Região Autónoma que maior esforço faça neste âmbito.



A presente proposta de orçamento observa o princípio do equilíbrio orçamental tal como se encontra definido no artigo 4º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro, ou seja, as receitas efectivas cobrem a totalidade das despesas efectivas.



II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA

I. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL

A) ECONOMIA INTERNACIONAL

Os dados apurados e as perspectivas de evolução económica mundial apontam no sentido da manutenção de níveis de crescimento significativos. Prevê-se que o comércio internacional continue a gerar efeitos positivos nas dinâmicas produtivas das economias, traduzindo-se em níveis de maior utilização de recursos, que favorecerão a empregabilidade de factores produtivos disponíveis. Todavia, por outro lado, um certo aumento da pressão da procura, poderá incentivar ou mesmo revelar desequilíbrios com efeitos na formação dos preços.

As projecções de organizações internacionais, nomeadamente as do Fundo Monetário Internacional e as da Comissão Europeia, apontam no sentido de um ambiente económico favorável, que apesar de alguma desaceleração prevista para o ano de 2007, mantém taxas de crescimento superior a 7% para o comércio internacional e a 4% para a produção.



Produto Interno Bruto e Desemprego

	PIB (1)			Desemprego (2)		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007
EUA						
Comissão Europeia	3,5	3,2	2,7	5,1	4,8	5,1
FMI	3,5	3,4	3,3	5,1	4,9	5,1
Japão						
Comissão Europeia	2,7	2,8	2,4	4,4	4,3	4,3
FMI	2,7	2,8	2,1	4,4	4,1	4,0
China						
Comissão Europeia	9,9	9,5	9,0	4,2	4,1	4,1
FMI	9,9	9,5	9,0	-	-	-
EUR 25						
Comissão Europeia	1,6	2,3	2,2	8,7	8,5	8,2
FMI	1,8	2,4	2,3	-	-	-
Área do Euro						
Comissão Europeia	1,3	2,1	1,8	8,6	8,4	8,2
FMI	1,3	2,0	1,9	8,6	8,3	8,1

Fontes: CE, Economic Forecasts, Primavera 2006; FMI, World Economic Outlook, Abril 2006

(1) PIB: CE, Real GDP growth; FMI, Annual percent change of Real GDP.

(2) Desemprego: CE, Unemployment as % of total labour force; FMI, Percent of labor force.

A intensidade destes níveis médios na actividade económica é impulsionada pelas economias emergentes, destacando-se a da China com o crescimento da produção a situar-se na ordem dos 9% anuais. Neste contexto, o crescimento implicará melhor utilização de recursos, favorecendo maiores níveis de empregabilidade, que se traduzirão em taxas de desemprego menores na generalidade das economias.

Os preços do petróleo atingem níveis elevados devido a incertezas geopolíticas e à resposta da oferta de forma limitada, com restrições na própria capacidade de refinação. Neste contexto, os preços de petróleo poderão continuar elevados, gerando uma redução nos termos de troca dos países consumidores de petróleo.

Entretanto, os desequilíbrios exteriores das economias cruzam-se, reflectindo factores subjacentes, como a emergência de capacidade financeira da Ásia, que vem assumindo o papel de exportador de capitais,



enquanto os Estados Unidos da América evidenciam necessidades de financiamento e a zona euro vem registando ritmos de crescimento moderados no âmbito do comércio internacional e da globalização.

A inflação é cada vez mais determinada à escala mundial, mas as políticas monetárias têm revelado eficácia perante impulsos inflacionistas. No que respeita às políticas orçamentais continua necessário respeitar os objectivos enunciados em termos de viabilidade de finanças públicas, não só sobre o ponto de vista particular do equilíbrio entre receitas e despesas, mas também sobre o de reforçar a resistência das economias a eventuais choques negativos.

Preços e Saldos Orçamentais

	Preços no Consumidor (1)			Saldo Orçamental (2)		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007
EUA						
Comissão Europeia	3,4	2,9	1,6	-3,8	-4,1	-4,4
FMI	3,4	3,2	2,5	-4,1	-4,3	-4,0
Japão						
Comissão Europeia	-0,3	0,7	1,0	-6,5	-5,8	-5,4
FMI	-0,3	0,3	0,6	-5,8	-5,7	-5,4
China						
Comissão Europeia	1,8	2,3	2,5	-1,6	-1,5	-1,4
FMI	1,8	2,0	2,2	-	-	-
EUR 25						
Comissão Europeia	2,2	2,1	2,2	-2,3	-2,3	-2,2
Área do Euro						
Comissão Europeia	2,2	2,2	2,2	-2,4	-2,4	-2,3
FMI	2,1	2,1	2,2	-2,3	-2,3	-2,1

Fontes: CE, Economic Forecasts, Primavera 2006; FMI, World Economic Outlook, Abril 2006

(1) Preços no consumidor: CE, General Index of consumer prices; FMI, Annual percent change of Consumer Prices.

(2) Saldo orçamental: CE, General government balance as a percentage of GDP; FMI, General government fiscal balances as a percentage of GDP.



B) ECONOMIA NACIONAL

A economia portuguesa desacelerou no ano de 2005, mas as perspectivas de evolução já no ano em curso e para os próximos anos apontam no sentido de uma certa retoma da actividade económica.

Estas perspectivas baseiam-se no facto do perfil de recuperação de actividade ao longo daquele ano de 2005 ter sido mais acentuado do que o antevisto em projecção. Por outro lado, nos primeiros meses de 2006 registou-se um crescimento da procura externa dirigida à economia portuguesa que sobrelevou o das importações, apesar destas terem sido revistas em alta. A esta evolução favorável de crescimento, juntar-se-á no ano de 2007 a da formação bruta de capital fixo.

Apesar destas evoluções favoráveis da procura e da respectiva estrutura, haverá necessidades líquidas acrescidas de financiamento da economia portuguesa devido a custos derivados de aumentos dos preços do petróleo e da moeda. De facto, a revisão em alta do preço do petróleo repercute-se desfavoravelmente na evolução dos termos de troca e a revisão em alta das taxas de juro, de curto e de longo prazo, em função das expectativas prevalecentes nos mercados financeiros, implica uma deterioração da balança de rendimentos.

As projecções para a inflação apontam no sentido de um agravamento do índice de preços no consumidor ao longo do ano de 2006. Todavia, admite-se uma desaceleração no ano de 2007, devido a uma evolução mais favorável da componente não energética implícita num contexto de crescimento mais moderado dos preços de importação e de



esbatimento de impactos de natureza temporária na taxa de inflação, nomeadamente os resultados dos aumentos da tributação indirecta.

O nível de desemprego deverá favorecer uma certa moderação salarial, contribuindo para uma melhoria na competitividade nos mercados externos. A procura externa apresenta-se como elemento indispensável ao retomar das actividades produtivas, já que as componentes da procura interna estão condicionadas pelos níveis que os seus desequilíbrios atingiram e pelas respectivas políticas correctoras.

Indicadores para a Economia Portuguesa

Taxa de variação anual, em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2005	2006	2007
Consumo Privado	1,8	1,3	1,2
Consumo Público	1,9	0,7	0,5
Formação Bruta de Capital Fixo	-2,7	-1,2	0,5
Procura Interna	0,6	0,8	0,9
Exportações	0,9	8,4	4,7
Importações	1,7	5,7	2,3
PIB	0,3	1,2	1,5
Desemprego (% da população activa)	7,7	7,9	7,7
Inflação (IHPC)	2,1	2,6	2,1
Saldo orçamental (% do PIB)	-6,0	-5,0	-4,5

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico, Verão 2006.

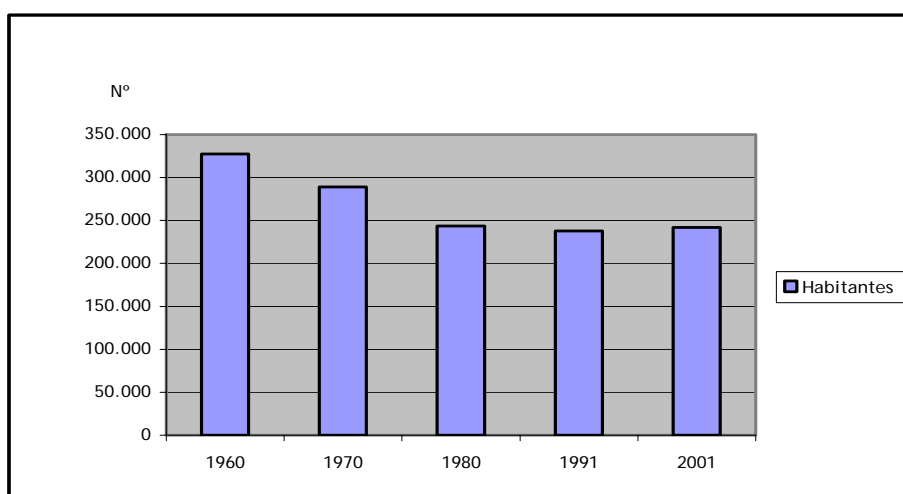


C) ECONOMIA REGIONAL

1. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

A evolução demográfica no último período inter-censitário caracterizou-se pelo crescimento da população residente, cerca de 1,7%, explicado em grande medida pela quebra acentuada da emigração, dado que o saldo natural, ainda que positivo, tem vindo a decrescer. Com efeito, os Açores passam por um novo ciclo, após décadas de perda de população por via da emigração para o continente americano, designadamente o Brasil e a América do Norte e Canadá e também, em menor escala, para Portugal continental. O acréscimo de população residente verificou-se principalmente nos espaços onde se localizam as principais funções administrativas e/ou unidades económicas.

Evolução da População nos Açores





Através da análise comparada de alguns indicadores demográficos, verifica-se que a Região tem acompanhado a evolução geral observada no país, embora ainda apresente valores favoráveis em relação à média nacional. Com efeito, há pouco mais de 10 anos a taxa de natalidade nos Açores era ainda bem superior à média nacional, tendo vindo a esbater-se progressivamente essa diferença.

Indicadores Demográficos (Permilagem)

	1995		2000		2005	
	RAA	Portuga 	RAA	Portuga 	RAA	Portuga
Taxa de Natalidade	14,5	10,4	14,5	11,7	12,5	10,4
Taxa de Mortalidade	11,2	10,3	10,9	10,3	10,1	10,2
Taxa de Nupcialidade	7,2	6,6	7,6	6,2	6,2	4,6

Fonte: INE, SREA, DREPA

Em termos prospectivos, as estimativas que o Instituto Nacional de Estatística realizou para o conjunto do país apontam, em qualquer dos três cenários adoptados, para a continuação do crescimento demográfico nos Açores nos próximos anos. Com efeito, as hipóteses retidas pelo INE apontam para uma redução do peso relativo do número de residentes com menos de 25 anos, por contrapartida de aumento da população em idade activa, com consequências naturais ao nível de uma maior pressão no mercado de trabalho regional.



População Residente – Rec. Geral (2001) e Projecções

		2001	2010*	2020*
0-14 anos	%	21,4	18,6	16,7
15-24 anos	%	17,0	14,0	12,0
25-64 anos	%	48,6	54,8	56,7
>65 anos	%	13,0	12,6	14,6
População	Nº	241 763	247 860	254 638
Índices:				
Envelhecimento		60	68	87
Dependência				
Jovens		33	27	24
Idosos		20	18	21

Fonte: INE

* Cenário Base – entre Cenário Baixo e Cenário Elevado.

No âmbito da posição regional nos quadros demográficos português e europeu observa-se que a população açoriana caracteriza-se por uma certa juventude, com uma perspectiva de crescimento demográfico, com índices de dependência dos jovens e de envelhecimento bem inferior aos valores observados no espaço continental.

2. ASPECTOS MACRO-ECONÓMICOS

PRODUTO INTERNO BRUTO

O PIB per capita é o indicador generalizadamente utilizado para aferir do estágio de desenvolvimento de uma economia. Aliás, no quadro da política regional da União Europeia, é utilizado para aferição do nível de desenvolvimento das regiões europeias, na perspectiva do enquadramento e da alocação dos fundos estruturais. Os dados mais



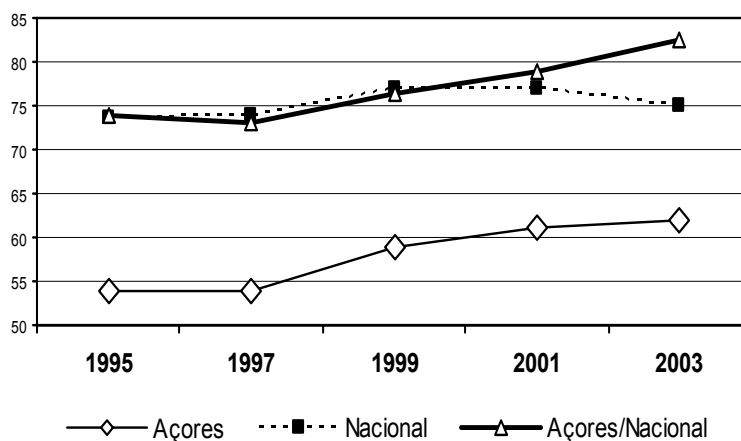
recentes sobre este indicador, publicados pelo EUROSTAT, revelam que em 2003, nos Açores, o PIB per capita, em paridades de poder de compra, representava 61,1% da média da União Europeia (25) e cerca de 84% da média nacional.

	2003			
	PIB		PIB per capita	
	Milhões de euros	Milhões de PPC	Euros/Hab.	PPC/Hab.
Açores	2.642	3.178	11.038	13.275
Portugal	137.523	165.402	13.171	15.841
%	1,92		83,8	

Fonte: EUROSTAT

Em termos dinâmicos, observa-se um processo gradual de aproximação aos níveis médios comunitários e, nos últimos anos, de forma mais expressiva, também no quadro do conjunto das regiões portuguesas. No passado relativamente recente, os Açores foram referenciados como uma das regiões menos desenvolvidas a nível nacional e comunitário, saindo recentemente dessa posição.

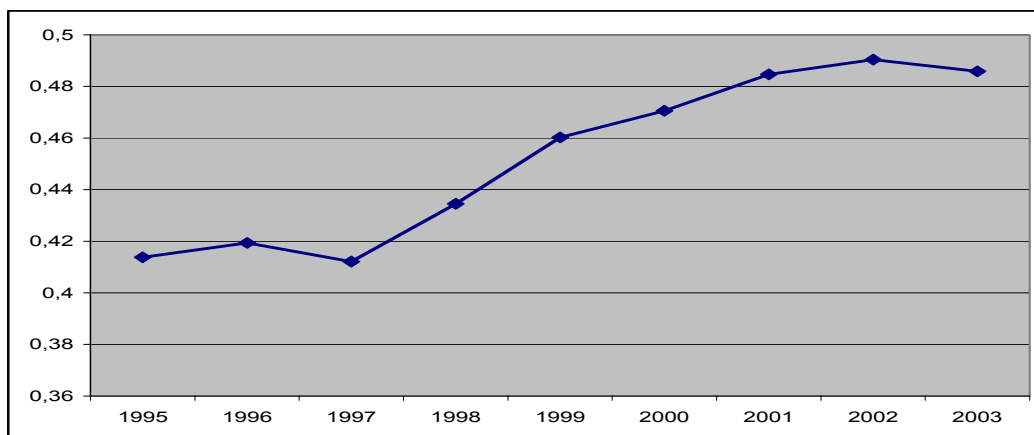
Convergência (PIB per capita Paridades Poder de Compra) UE 25=100



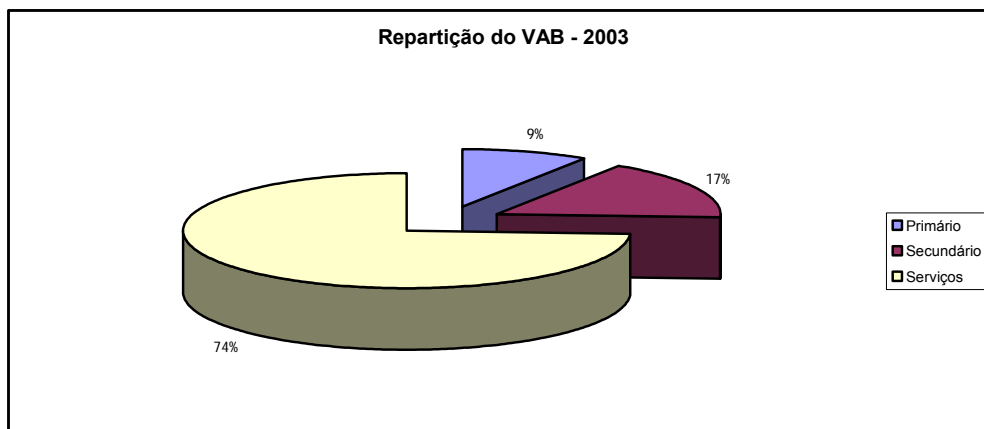


Decompondo a evolução deste indicador (PIB per capita) em dois grandes domínios de análise, a produtividade e o nível de actividade dos recursos humanos, constata-se que o processo de convergência iniciado na Região tem sido conseguido fundamentalmente pelo aumento da intensidade do factor trabalho. De outra forma, o registo positivo da evolução do nível de riqueza por habitante foi obtido mais por aumentos da actividade da população, em particular do segmento feminino, havendo ainda um potencial de crescimento neste particular, e em menor grau em aumentos substantivos de produtividade.

Relação entre a capitação do PIB e a Produtividade



A repartição sectorial da riqueza gerada, evidencia ainda um certo peso do sector primário e a preponderância dos serviços.



Em termos prospectivos, cruzando com a informação das projecções demográficas, existe ainda margem de progressão para um crescimento intensivo, embora seja desejável um crescimento mais efectivo da produtividade, face ao efeito progressivo do envelhecimento da população, em que o processo de convergência obrigará a um crescimento económico obtido por actividades económicas com maior potencial ao nível da geração de valor acrescentado.

MERCADO DE EMPREGO

Ao nível da condição da população perante o trabalho, nos Açores não se registam taxas de desemprego elevadas: anteriormente a emigração constituiu-se como factor de ajustamento no mercado de trabalho e mais recentemente o crescimento económico tem absorvido o aumento da procura de trabalho.



Com efeito, nos últimos anos tem-se observado uma média de criação de liquida de cerca de 2000 postos de trabalho/ano. A taxa de actividade tem vindo a aumentar, mercê de uma maior participação do segmento feminino no mercado de trabalho.

Em 2005 manteve-se a tendência anterior, ou seja, continuou-se a verificar uma taxa de desemprego das menores do país, a criação líquida de postos de trabalho e uma maior actividade da população, mercê da participação feminina.

Condição da População Perante o Trabalho

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
População Activa (nº)	97 664	98 553	99 008	100 646	103 645	105 099	108 586	109 773
Empregada	93 408	95 464	96 171	98 360	100 974	102 066	104 892	105 283
Desempregada	4 256	3 089	2 837	2 286	2 671	3 033	3 694	4 490
População Inactiva (nº)	139 099	138 204	137 724	136 309	134 175	134 440	132 583	131 873
Taxa de Actividade (%)	41,2	41,5	41,8	42,4	43,5	43,8	45,0	45,4
Taxa de Actividade Feminina (%)	28,8	28,4	28,7	30,2	31,4	32,1	33,4	33,8
Taxa de Desemprego	4,4	3,1	2,9	2,3	2,6	2,9	3,4	4,1

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego

Em termos de repartição sectorial da população empregada, é o comércio e os serviços que ocupam a maioria dos empregados, tendo vindo a reforçar paulatinamente essa posição. O sector primário, mercê da especialização da economia e do peso da fileira do leite, mantém ainda algum peso relativo na estrutura sectorial do emprego.



Repartição Sectorial do Emprego

	%				
	2001	2002	2003	2004	2005
Agricultura, Silvicultura e Pescas	13,8	13,4	12,8	12,5	12,4
Indústria, Construção, Energia e Água	28,2	29,2	28,2	26,4	25,4
Serviços	58,0	57,4	59,0	61,1	62,2

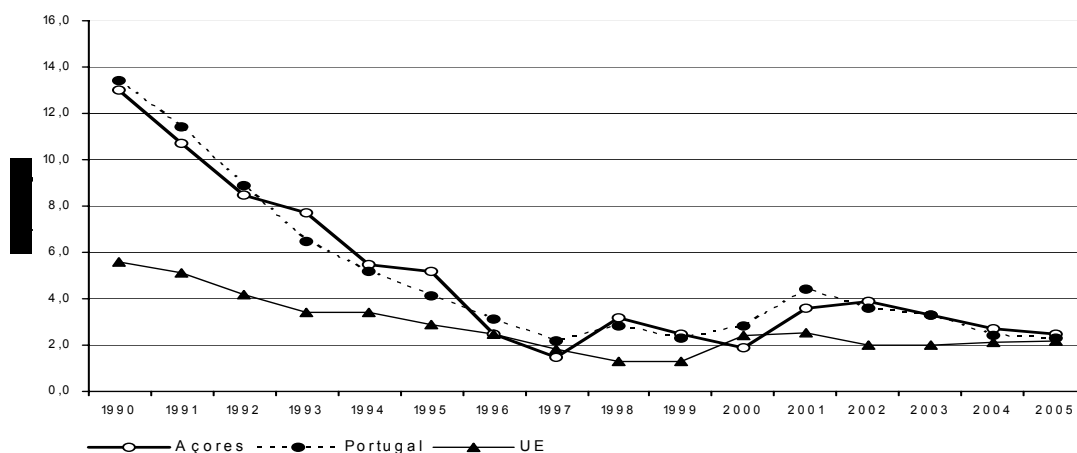
Fonte: SREA, Inquéritos ao Emprego

PREÇOS

Com a crescente integração das economias e o aumento da concorrência a nível mundial, numa pequena economia como a açoriana o nível dos preços é formado exteriormente, salvo em alguns segmentos da oferta, cada vez menores, que não são objecto de comércio com espaços fora do âmbito das ilhas. Assim, ao nível da variação dos preços no consumo, a taxa de inflação na Região tem apresentado valores baixos e enquadrados na tendência geral do país e da Europa comunitária.

Em 2005, a taxa de variação média dos últimos doze meses, do índice de preços no consumidor, foi de 2,5% nos Açores.

Evolução de preços, IPC e IHPC





3. ASPECTOS SECTORIAIS

3.1 Sectores Económicos

AGRICULTURA

A fileira do leite de vaca pode ser considerado como um cluster regional, em virtude da concentração da localização das empresas e das cooperativas, com ligações e interdependências entre si, boa imagem junto do consumidor, tendo vindo a desenvolver uma articulação entre autoridades públicas, Universidade, empresas, entre outros agentes.

Com a observância das quotas instituídas para a produção, a variação do volume de leite de vaca entregue nas fábricas tem rondado, por defeito, os 500 milhões de litros, registando-se maiores variações relativas no leite para consumo directo. Em termos de produção económica, o leite de vaca produzido na R. A. dos Açores representa cerca de 27 a 29% da produção nacional, sendo mais representativo a penetração do queijo de vaca produzido no arquipélago em relação ao total, cerca de 48%, e também a manteiga, cerca de 25%, valores que são significativos face à escala do potencial territorial, demográfico e económico da Região no contexto nacional.



Leite Recebido nas Fábricas e Industrializado

	1997	1999	2001	2003	2004	2005
Leite recebido nas fábricas (1 000 lt).....	393 500	474 231	482 789	492 211	491 276	499 801
Leite p/ Consumo(1 000 lt).....	38 042	43 391	45 108	52 851	65 797	74 669
Produtos Lácteos (ton).....	41 101	49 247	48 384	51 289	49 681	48 888
Manteiga.....	6 260	6 915	5 825	7 325	6 794	6 569
Queijo.....	16 070	22 496	25 387	25 459	26 075	27 229
Leite em Pó.....	18 603	19 633	16 997	18 271	16 557	14 780
Iogurtes.....	168	203	175	234	255	310

Fonte: SREA

A produção de carne tem registado, nos anos mais recentes, uma evolução tendencialmente positiva. O sentido desta evolução é comum aos diversos tipos de carnes, com particular incidência, em 2005, no gado bovino abatido, que registou um acréscimo de 12,4%, em relação ao ano anterior.

Produção de Carne

	Ton					
	1997	1999	2001	2003	2004	2005
Gado bovino abatido.....	7 078	6 001	6 028	7 998	7 247	8 147
Gado bovino exportado vivo *.....	3 541	8 468	10 664	14 078	11 983	12 222
Gado suíno abatido.....	4 609	5 529	5 187	5 798	5 364	5 688
Aves (abate).....	2 420	2 666	2 778	3 318	3 565	3 720
Total.....	17 648	22 664	24 657	31 192	28 159	29 777

Fonte: SREA

* Peso estimado em carcaça.

PESCAS

Nos últimos anos, o volume anual de pescado descarregado nos portos de pesca da Região tem variado entre as 9 e as 11 mil toneladas. Face à importância da pesca do atum, a oscilação verificada na captura daquela



espécie tem originado alguma flutuação no volume global de capturas, já que no que respeita às restantes espécies a tendência é de crescimento.

Os valores brutos de produção foram superiores aos observados em 2004, pese embora o menor volume de capturas. Com efeito, para os cerca de 29 milhões de euros registados no sistema regional de lotas, contribuiu decididamente o aumento generalizado da cotação das diferentes espécies.

Actividade Piscatória

	Anos					Δ %			
	1999	2001	2003	2004	2005	01 / 09	03 / 01	04 / 03	05 / 04
VOLUME (ton)									
Total	9 882	7 070	10 013	11 042	9 256	-28,5	41,6	10,27	-16,2
Tunídeos	3 522	1 479	3 505	5 228	3 113	-58,0	137,0	49,16	-40,5
Restante pescado ...	6 360	5 591	6 508	5 814	6 143	-12,1	16,4	-10,6	5,7
VALOR (mil euros)									
Total	25 043	22 043	26 119	27 452	28 745	-12,0	18,5	5,1	4,7
Tunídeos	3 222	1 594	2 390	3 537	2 336	-50,5	49,9	48,0	-34,0
Restante pescado ...	21 821	20 449	23 729	23 915	26 409	-6,3	16,0	0,8	10,4
PREÇO (€ /kg)									
Total	2,53	3,12	2,61	2,49	3,11	23,0	-16,3	-4,6	24,9
Tunídeos	0,91	1,08	0,68	0,68	0,75	17,8	-36,7	0	10,9
Restante pescado	3,43	3,66	3,65	4,11	4,30	6,6	-0,3	12,6	4,5

Fonte: SREA.

Em 2005, os dados estatísticos disponíveis apontam para um pequeno decréscimo do número de pescadores matriculados, em oposição a um aumento marginal do número de embarcações, mais duas, e também do valor global da tonelagem de arqueação bruta das embarcações.

Ao nível do cruzamento desta informação global, observa-se que em 2005 manteve-se praticamente alterado o valor médio da tonelagem das embarcações registadas, embora se registre um número menor de pescadores por embarcação (2,40), em relação ao ano precedente (2,44) e,



por conseguinte, uma maior expressão da tonelagem de arqueação por pescador.

Pescadores e Embarcações

	1998	2000	2002	2003	2004	2005
Pescadores matriculados	4 101	4 210	3 684	3 417	3 853	3 797
Embarcações - N°	1 697	1 649	1 629	1 617	1 582	1 584
Embarcações – TAB.....	12 386	13 752	13 274	11 710	10 824	10 833
TAB / Pescador	3,0	3,3	3,6	3,4	2,8	2,9
TAB / N° Embarcações.....	7,3	8,3	8,1	7,2	6,8	6,8

Fonte: SREA

TURISMO

O sector do Turismo tem vindo a afirmar-se como um novo pilar que se vem juntando à base económica regional, pela dimensão e pelo papel que começa a desempenhar na actividade económica desenvolvida na Região.

Em 2005, o conjunto da hotelaria tradicional com o turismo em espaço rural representava uma capacidade de alojamento de cerca de 8,5 mil camas. A expressão desta oferta, quando comparada, por exemplo, com as cerca de 3,8 mil camas em 1997, resultou em grande medida numa aposta do investimento privado no sector, apoiada por medidas de política dirigidas ao sector.

Actualmente, mais de metade da oferta hoteleira dos Açores sustenta-se em novas unidades hoteleiras e a parte restante foi, na sua maioria, profundamente remodelada e reestruturada.



Procura e Ofertas Turísticas

Anos	Dormidas (milhares)	Capacidade de Alojamento (camas)			
		Hotelaria Tradicional	Turismo em Espaço Rural	Outros	Total
1993	351	3 228			3 228
1997	417	3 660	137		3 797
2001	865	4 645	249	454	5 348
2005	1 247	7 935	308	265	8 508

Fonte: Estatísticas do Turismo, SREA.

Se em 1996, as dormidas de estrangeiros na hotelaria regional não chegava aos 117 milhares (27% do total), em 2005, atingiam-se as 686 mil dormidas, cerca de 55% do total registado nesse ano. Mercê de uma política diversificada de prospecção e de promoção do destino Açores, a penetração dos mercados emissores localizados no estrangeiro têm vindo a ganhar importância relativa, por exemplo, em 2005, observaram-se aumentos superiores a 100% de visitantes dinamarqueses, finlandeses e ingleses, em virtude de se terem estabelecido novas ligações aéreas com estes países.

Total de Dormidas na RAA, por País de Residência

	1996		2005	
	Número	%	Número	%
Total	428 458	100,0	1 246 563	100,0
Portugal	311 590	72,7	560 999	45,0
Estrangeiro	116 868	27,3	685 564	55,0

Fonte: SREA; Estatísticas do Turismo.



ENERGIA

Ainda que, em 2005, se tenha verificado um ligeiro abrandamento nos ritmos elevados de produção de energia eléctrica nos Açores, o aumento de 6,7% verificado na produção evidencia uma elasticidade elevada entre o ritmo crescimento económico e o consumo de energia

As fontes de energia primária disponíveis nos Açores que têm tido aproveitamento económico, designadamente na produção de electricidade, são a hidroelectricidade, a geotermia e a eólica. À excepção da produção de electricidade a partir dos fluidos geotérmicos de alta entalpia, onde se verificou um abaixamento da produção, nas restantes fontes verificaram-se aumentos dos contributos para um total de 750 Gwh, produzidos nas centrais da Região em 2005.

Produção de Electricidade, segundo o tipo

	1.000 Kwh					
	1997	1999	2001	2003	2004	2005
Total	416 225	487 787	559 252	641 236	702 686	750 076
Eólica	3 026	2 664	2 431	10 253	11 766	14 551
Térmica	344 258	382 472	421 784	512 285	576 310	633 503
Hídrica	22 921	22 656	29 749	29 827	30 408	30 869
Geotérmica	46 019	79 995	105 289	88 871	83 970	70 668
Outras renováveis						485

Fonte: SREA; EDA.

Em termos de estrutura, os consumos domésticos representam ainda a componente mais significativa. Porém, face à dinâmica económica dos últimos anos, os consumos comerciais e de serviços têm apresentado ritmos de crescimento superiores, aproximando-se dos valores globais da



electricidade consumida nos lares açorianos. Os consumos industriais têm-se caracterizado por uma certa estabilidade, apenas acompanhando a evolução média geral dos últimos anos.

Consumo de Electricidade, segundo o tipo

	1.000 Kwh					
	1997	1999	2001	2003	2004	2005
Total	354 651	418 021	485 201	560 135	622 022	667 521
Domésticos	143 890	159 821	183 935	206 435	218 884	229 837
Comércio/Serviços	94 096	116 941	139 708	174 769	205 415	215 773
Serviços Públicos	33 856	39 581	47 166	46 795	58 532	81 603
Industriais	64 099	81 539	92 288	107 544	111 263	111 696
Iluminação Pública	18 710	20 140	22 104	24 592	27 927	28 612

Fonte: SREA; EDA.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

Em 2005, voltou-se a retomar o ritmo ascendente no consumo global de cimento nos Açores, não sendo estranho o facto de decorrer a realização algumas obras de envergadura, designadamente em infra-estruturas marítimas.

O acréscimo de consumo de cimento verificado foi satisfeito por oferta externa à Região. Com efeito, ainda em 2005, a produção local de cimento contribuiu com cerca de 50% do total de cimento utilizado nas obras, enquanto em anos anteriores situou-se numa quota de cerca de 60%.



Produção e Importação de Cimento

	1997	1999	2001	2003	2004	2005
Total - Cimento	203 048	284 764	341 892	331 624	322 006	333 742
Produção Local	119 603	161 821	195 560	183 646	173 406	166 552
Importação	83 445	122 943	146 332	147 978	148 600	167 190

Fonte: SREA, Séries Estatísticas.

Em 2005 continuou-se a observar um aumento do volume de licenciamento de obras. O mercado da habitação domina o processo de licenciamento, representando cerca de três quartos do total de licenças concedidas para obras nos Açores.

Licenças Concedidas para Obras nos Açores

	1997	1999	2001	2003	2004	2005
Licenças para Obras	1 695	1 971	2 202	1 815	1 992	2 026
Licenças para Habitação	1 207	1 509	1 662	1 360	1 500	1 522
Licenças para Outras Obras	488	462	540	455	492	504

Fonte: SREA.

Nota: A partir de 2002 os valores referem-se ao número de edifícios licenciados e não ao número de licenças.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Em termos globais, em 2005 aumentou a movimentação de pessoas nos sistemas regionais de transportes colectivos, terrestres, aéreos e marítimos. Porém, haverá que salientar a inversão da anterior tendência decrescente nos transportes colectivos terrestres, uma menor movimentação de passageiros por via marítima e a manutenção de uma evolução crescente no movimento do transporte aéreo.



Tráfego de Passageiros

	1992	1996	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Terrestre (a)	123 445	120 763	108 133	100 123	83 978	99 023	99 805	98 632	101 337
Marítimo	277 996	295 541	400 468	451 746	431 065	456 988	468 986	467 846	461 070
Aéreo (b)	485 572	524 530	665 838	710 165	764 982	776 700	770 767	821 862	1 063 776

Fonte: SREA.

- a) Passageiros Km - Transportes Colectivos
- b) Metade dos Movimentos dos Passageiros nos Aeroportos.

No transporte aéreo, o tráfego de passageiros inter-ilhas é ainda o que regista maior número de frequências e maior volume de transporte de passageiros. Porém, face ao aumento significativo da movimentação com o exterior, espaço nacional e estrangeiro, sustentado no crescimento dos fluxos turísticos, essa posição tem vindo a perder alguma importância relativa.

Movimento de Passageiros nos Aeroportos, segundo o tipo de tráfego

	Interno	Territorial	Internacional	Total
1999	719 470	497 623	114 583	1 331 676
2000	739 145	549 447	133 367	1 421 959
2001	781 179	592 163	156 621	1 529 963
2002	767 577	632 812	153 010	1 553 399
2003	751 555	626 404	163 574	1 541 533
2004	804 604	654 588	184 532	1 643 724
2005	786 258	668 890	223 453	1 678 601

Fonte: SREA.

As cargas movimentadas nos portos atingiram em 2005 cerca de 2,8 milhões de toneladas. Em contrapartida o volume das movimentadas nos aeroportos não chega a representar 1% daquelas.



Cargas Movimentadas

1 000 Ton.

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Aeroportos	9,6	11,5	11,5	11,9	13,4	14,4	14,0	12,7	13,1	13,3	12,7	13,2
Portos	1 498,5	1 611,4	1 733,9	1 823,5	2 168,3	2 287,7	2 303,5	2 501,8	2 647,9	2 726,9	2 797,1	2 825,6
Total ..	1 508,1	1 622,9	1 745,4	1 835,4	2 181,7	2 302,1	2 317,5	2 514,5	2 661,0	2 740,2	2 809,8	2 838,8

Fonte: SREA.

EVOLUÇÃO EM 2006

Os indicadores simples disponíveis e que podem proporcionar uma visão mais actualizada da conjuntura, revelam que nestes primeiros seis a sete meses de 2006 a economia açoriana terá tido um desempenho globalmente positivo. Em complemento a esta conclusão, observa-se que a expressão das variações homólogas dos meses mais próximos (3 meses) são superiores às dos períodos mais alargados (12 meses), indiciando o reforço de tendência de sinal positivo, salvo uma excepção relativa à produção de leite, em que, registando-se igualmente uma situação de crescimento, verifica-se algum ajustamento, em virtude dos condicionalismos e regulamentação própria do sector.



Evolução da Conjuntura

Indicadores	Taxas de Variação Homóloga (%)	
	Últimos 3 Meses	Últimos 12 Meses
Leite entregue nas fábricas.....	1,8	2,6
Leite para consumo	1,8	4,4
Abate de carne (bovinos, suínos e aves).....	5,8	2,7
Pesca descarregada	2,5	1,9
Energia eléctrica produzida.....	5,2	4,7
Edifícios de construção licenciados	3,7	1,3
Venda de cimento	6,8	2,4
Turismo (dormidas estab. Hoteleiros)	9,5	7,0
Desemb. de passag. Aéreos (TAP+SATA)	7,8	3,2
Venda de automóveis	9,5	1,6

Fonte: SREA

Em relação ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego do 2º trimestre de 2006 é inferior a 4% da população activa, ou seja, um nível de desemprego friccional, coincidente com as situações de quase pleno emprego. Por outro lado, a variação de preços dos produtos consumidos pelas famílias é de cerca de 3,3%, enquadrado na evolução global da inflação no contexto nacional.

Desemprego e Inflação

Taxa	Período	Valor
Taxa de Desemprego	2º Trimestre 2006	3,8%
Taxa Média de Inflação	Agosto 2006	3,3%

Fonte: SREA



3.2 Sectores Sociais

EDUCAÇÃO

No ano lectivo 2004/2005 registou-se um ligeiro acréscimo no número total de matrículas/inscrições, contrariando a tendência decrescente e continuada que se tem vindo a verificar, nos últimos anos. Este crescimento deveu-se particularmente ao contínuo aumento das inscrições na educação Pré – Escolar nas duas redes de ensino e nas matrículas no Ensino Profissional da rede privada.

Efectivamente, como se pode constatar no quadro seguinte, as matrículas no currículo regular continuam a tendência descendente, exceptuando o Ensino Secundário que apresenta um acréscimo de 1,9% do número de matrículas, em relação ao ano anterior. Por sua vez, a via do ensino profissional continua a apresentar uma tendência crescente, sendo ilustrativo o crescimento registado no ensino oficial através do PROFIJ, de 33% em relação ao ano anterior.



Matrículas nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade
- Ensino Oficial e Particular -

Anos Lectivos	Currículo Regular					Programa Cida-dania	Ensino Recor-rente	Programa Oportu-nidade	PROFIJ	Ensino Profis-sional	Total Geral
	Jl	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Sec						
1995/96	6.819	19.716	9.527	11.419	8.818		2.619			237	59.155
1996/97	7.044	19.191	9.635	11.404	9.114		2.655			383	59.426
1997/98	6.977	18.659	9.523	11.320	9.028		2.728			458	58.693
1998/99	6.803	18.157	9.033	11.274	8.602		2.288		356	627	57.140
1999/00	6.793	17.638	8.730	11.017	8.473		1.633		373	747	55.404
2000/01	7.341	17.254	8.322	11.390	7.613		1.709		318	1.118	55.065
2001/02	7.318	16.448	8.340	10.587	7.342	112	2.292	776	339	1.411	54.965
2002/03	7.634	16.292	7.993	10.337	6.936	111	1.675	815	330	1.971	54.094
2003/04	7.710	16.125	8.007	9.517	6.381	52	1.026	1.151	917	2.358	53.244
2004/05	8.121	15.926	7.809	9.359	6.504	60	941	1.117	1.220	2.391	53.448

Fonte: Estatísticas da Educação 2004/2005 - R.A.A., Direcção Regional da Educação.

Nota: não foram incluídas as matrículas em Creches uma vez que as mesmas só começaram a ser consideradas, apenas, nos últimos 3 anos lectivos.

A taxa de escolarização apresenta valores crescentes na quase totalidade das idades consideradas. Este aumento é mais significativo nas idades da Educação Pré-Escolar e a partir dos 14 anos. Da observação da evolução destas taxas, verifica-se um alargamento do leque de idades com taxas dos 100%, presentemente representativas das idades de escolaridade obrigatória.



Taxas de Escolarização por Idades e Anos Lectivos

Ensino Oficial e Particular

Idades	%				
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
< 1 Ano				7,7	9,2
1 Ano				11,8	11,4
2 Anos			14,7	11,6	15,1
3 Anos	37,6	40,3	44,2	46,6	50,8
4 Anos	65,4	73,3	78,2	74,2	85,9
5 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	99,6
6 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
7 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
8 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
9 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
11 Anos	100,0	97,5	100,0	100,0	100,0
12 Anos	100,0	97,5	100,0	100,0	100,0
13 Anos	100,0	93,4	100,0	100,0	100,0
14 Anos	100,0	92,5	100,0	98,3	100,0
15 Anos	80,1	81,7	86,7	86,0	87,2
16 Anos	72,9	71,9	72,1	73,7	77,6
17 Anos	60,8	58,4	62,3	60,2	65,6
18 Anos	41,7	40,5	42,4	40,2	39,3
19 Anos	25,5	25,1	25,9	26,4	25,0

Fonte: Estatísticas da Educação 2004/2005 - R.A.A., DRE

O aproveitamento escolar, medido através da taxa de transição/aprovação oscila entre os 87,0% no 4.º ano de escolaridade e os 54,1% no 12.º ano, confirmando um maior aproveitamento escolar nos ciclos do ensino geral e obrigatório do que no secundário.



Aproveitamento Escolar nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade (a)

Taxas de Transição

Ensino Oficial e Particular - Currículo Regular

Ano de Escolaridade	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
4.º ⁽¹⁾	81,1	85,3	82,8	85,3	87,0
6.º ⁽²⁾	80,3	75,1	75,9	77,1	79,6
9.º ⁽³⁾	80,4	71,4	73,2	74,9	78,0
12.º ⁽⁴⁾	41,9	49,4	45,5	44,6	54,1

Fonte: Estatísticas da Região 2004/2005 - R.A.A., Direcção Regional da Educação

a) Não inclui o Ensino Profissional nem o Ensino Recorrente

1) Ano terminal do 1.º Ciclo do E. Básico

3) Ano terminal do 3.º Ciclo do E. Básico

2) Ano terminal do 2.º Ciclo do E. Básico

4) Ano terminal do Ensino Secundário

Em termos de evolução, utilizando para o efeito um período de tempo mais alargado, tendo por referência os anos lectivos de 1997/98 e 2004/2005, verifica-se que há uma diminuição do número de estabelecimentos. Tendo em conta a dispersão geográfica da população açoriana, a baixa densidade demográfica da generalidade do território, a crescente concentração urbana e a necessidade de se criar um sistema educativo mais autónomo e descentralizado, o modelo de rede escolar foi reestruturado assentando, entre outros princípios, na integração vertical da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e na concentração das actividades escolares do 1.º ciclo e da Educação Pré – escolar num único edifício em cada freguesia ou conjunto de freguesias, justificando, deste modo, a diminuição verificada no número de estabelecimentos (Resolução n.º 10/2004, de 22 de Janeiro).

O número de salas de aula da rede escolar aumentou, podendo ser explicado pelo facto de se ter vindo a seguir uma orientação de expansão



do ensino secundário na generalidade dos concelhos da Região, tendo originado a ampliação de infra-estruturas já existentes, nomeadamente no que se refere a laboratórios e outros espaços específicos destinados ao ensino experimental das ciências e tecnologias, e até mesmo a construção de novas escolas, para aquele nível de ensino.

A tendência para o decréscimo do número de alunos tem vindo a significar uma menor pressão sobre os recursos escolares, como o exemplo do rácio alunos/salas de aula tem revelado.

Ensino Não Superior

Ensino Oficial

	1997/98	2004/2005
Estabelecimentos	484	312
Alunos	55.055	48.096
Docentes	4.198	5.221
Salas de aula.....	2.450	2.732
Alunos/Docente	13	9
Alunos/Salas	22	18

Fonte: Estatísticas da Educação 1997/1998 e 2004/2005, DRE.

SAÚDE

Os dados gerais sobre o funcionamento do sistema público de saúde apontam para um acréscimo do número de consultas, uma maior utilização dos meios de diagnóstico e de terapêutica e um aumento do pessoal em actividade no sector. Ao nível da profilaxia/vacinas regista-se uma evolução próxima da verificada para a natalidade nos Açores.



Indicadores Gerais

	1999	2002	2003	2004	2005*
Profilaxia / vacinas	82 426	80 036	76 468	70 978	68 882
Consultas mais urgências	827 578	875 034	903 086	898 567	913 912
Internamentos (doentes saídos)	28 363	28 460	28 531	27 704	27 372
Diagnósticos e terapêuticas (meios) .	2 044 538	2 508 511	2 707 185	3 053 048	3 159 475
Pessoal total	3 571	4 066	4 039	4 099	4 214

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

* Dados provisórios.

Os serviços de consulta têm registado, nos últimos anos, uma procura mais expressiva do que os de urgência. Esta evolução terá sido mais significativa no âmbito dos hospitais do que no dos centros de saúde.

Em média, em 2005, cada residente na Região obteve 2 consultas médicas, junto dos estabelecimentos da rede pública de saúde.. Por outro, lado, 1 em cada 8,6 pessoas estiveram internadas em algum estabelecimento de saúde dos Açores.

Consultas e Urgências

	1999	2002	2003	2004	2005*
Consultas	441 923	427 901	464 368	473 958	481 555
Centros de Saúde	308 658	267 467	292 363	286 350	291 897
Hospitais	133 265	160 434	172 005	187 608	189 658
Urgências	381 603	443 163	438 718	423 607	432 357
Centros de Saúde	235 996	281 541	279 424	270 304	277 797
Hospitais	145 607	161 622	159 294	153 303	154 560

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

* Dados provisórios.

Em 2005 existia uma oferta de 4 camas hospitalares por cada milhar de habitantes. Essas camas tiveram uma ocupação em cerca de 211 dias do



ano. Os movimentos de internamento nos hospitais e centros de saúde têm mantido características de certa estabilidade, situando-se a demora média em 7 ou 8 dias.

Internamento

	1999	2002	2003	2004	2005*
Doentes saídos	28 363	28 460	28 531	27 704	27 372
Dias de internamento	211 849	218 713	220 562	211 743	207 901
Lotação	924	964	977	972	988
Demora média	7,5	7,7	7,7	7,7	7,6
Taxa de ocupação	62,8	62,2	61,9	59,7	57,7

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

* Dados provisórios.

Os meios complementares de diagnóstico totalizaram cerca de 2,7 milhões de exames e análises. Os meios complementares de terapêutica correspondem a mais de quatrocentos mil actos.

Meios Complementares

	1999	2002	2003	2004	2005*
Diagnóstico	1 848 047	2 197 880	2 360 416	2 689 171	2 734 950
Terapêutica	196 491	310 631	346 769	364 377	424 525
Total	2 044 538	2 508 511	2 707 185	3 053 048	3 159 475

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

* Dados provisórios.

O pessoal em actividade nos serviços dos hospitais e dos centros de saúde, durante o ano de 2005, atingiu o total de 4.214 de profissionais. A evolução geral tem registado um alargamento efectivo de todos os quadros, destacando-se um certo reforço de médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica.



Pessoal

	1999	2002	2003	2004	2005*
Médicos	352	435	466	465	506
Enfermeiros	878	1 011	1 013	1 036	1 095
Técnicos de diagnóstico e terapêutica .	173	203	202	212	216
Outro pessoal	2 168	2.417	2 358	2 386	2 397
Total	3 571	4.066	4 039	4 099	4 214

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

* Dados provisórios.

SEGURANÇA SOCIAL

Em 2005, o número de pensionistas da Segurança Social nos Açores situa-se na ordem dos 48 593 indivíduos, mais 221 que no ano precedente.

O aumento de pensionistas verificou-se nos beneficiários em vida por velhice, que recebem pensões em substituição de retribuições do trabalho, que representam cerca de 51% do total; e nas famílias de beneficiários por morte destes. Observou-se uma redução do número de beneficiários em vida, mas inválidos por acidente ou doença antes da idade da reforma por velhice.

Pensionistas da Segurança Social

	Pensionistas (Total)	Pensionistas		
		Por Velhice	Por Invalidez	Por Sobrevivência
1999	35 363	18 267	6 700	10 396
2000	37 396	18 812	6 932	11 652
2001	46 162	24 238	8 466	13 458
2002	47 657	24 806	8 729	14 122
2003	47 531	24 539	8 777	14 215
2004	48 372	24 722	9 228	14 422
2005	48 593	24 900	9 077	14 616

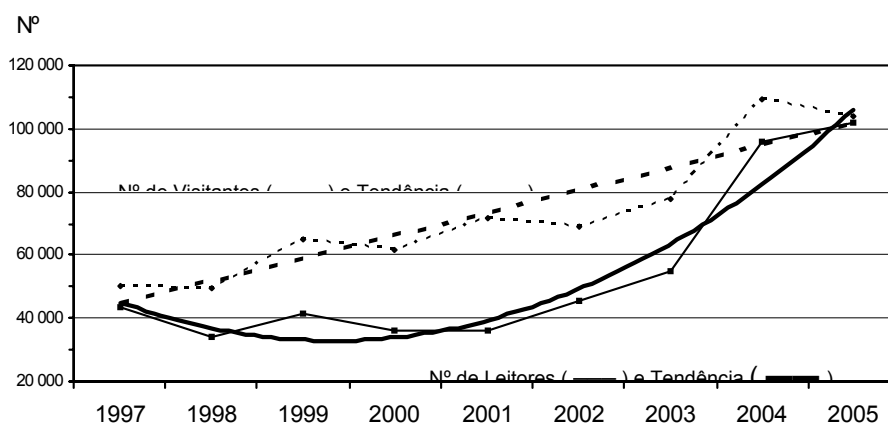
Fonte: C.G.F.S.S.



CULTURA

Os equipamentos culturais, como por exemplo os museus e as bibliotecas públicas, contribuem decididamente para a qualificação da vida das populações e também para a dotação do território regional de condições para a atracção de outros públicos, como sejam os investigadores e os que nos visitam durante o seu período de lazer.

Evolução da Procura em Museus e Bibliotecas



Á semelhança dos anos anteriores, também em 2005 tiveram lugar um conjunto diversificado de eventos de índole cultural, destacando-se, em relação ao ano anterior, o número de exposições realizadas, o lançamento de obras (livros e CDs) e ainda a realização de festivais/encontros.



Eventos em 2005

	Quantidade	Equipamentos
Exposições	68	19
Espectáculos.....	55	32
Conferências.....	30	7
Workshops.....	26	10
Ciclos de Cinema.....	3	3
Feiras do Livro	3	3
Animação Bibliotecas.....	24	6
Dias Mundiais	26	20
Dias dos Açores.....	3	3
Encontros/Festivais e Temporadas.....	7	3
Concursos.....	2	2
Lançamentos de CD's/Livros	8	5
TOTAL.....	255	113

Fonte: Direcção Regional da Cultura.

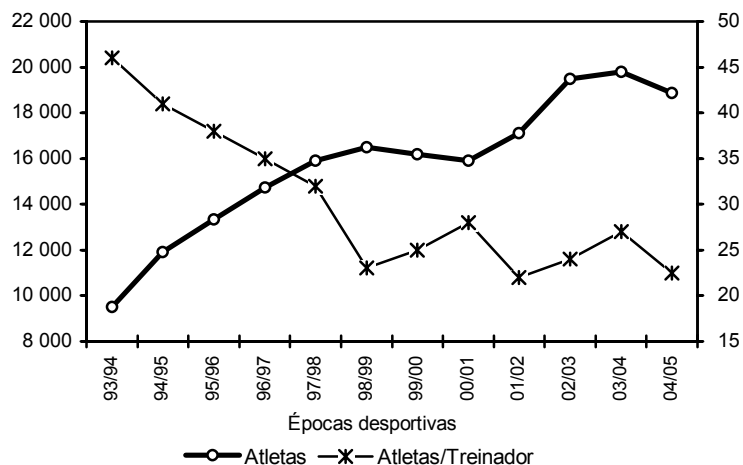
DESPORTO

O número de inscritos na época de 2004/2005, em actividades desportivas nos Açores, enquadradas pelas federações associativas das diversas modalidades, aproximou-se dos cerca de 19 milhares de atletas praticantes e de 840 treinadores.

Nos últimos dez anos o número de atletas praticamente duplicou. Complementarmente as condições de enquadramento técnico melhoraram substancialmente: actualmente existe uma relação média de 23 atletas por cada treinador, por contrapartida a um rácio inicial de 46 atletas.



Desporto Federado nos Açores



Em termos das modalidades individuais, salienta-se a prática de 534 atletas na modalidade da natação, 562 no “karaté”, 1.020 no ténis, 889 no judo, 884 no atletismo, 1.431 no ténis de mesa; 631 no golfe e 551 de kickboxing-full contact. Nas modalidades com uma componente colectiva e de prática em equipa, destacam-se os 1.120 praticantes de andebol, os 1.366 de basquetebol, os 1.999 de voleibol e os 5.039 de futebol.

Na época desportiva de 2004/2005 participaram 8.721 praticantes em provas regionais (6.032) e nacionais (2.689), em 21 modalidades. As provas que movimentaram o maior número de participantes, tanto a nível regional como nacional, foram as de futebol e de voleibol. Ao nível da formação, foram realizadas 186 acções de formação para agentes desportivos não praticantes, em 21 modalidades e 77 acções de formação para praticantes desportivos, em 15 modalidades.



III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

A) Sector Público Administrativo

No final do terceiro trimestre do corrente ano, o orçamento da Região Autónoma dos Açores apresentava uma execução da despesa de 541,7 milhões de euros, por contrapartida de uma execução da receita de 610,4 milhões de euros, 62,0% e 69,8%, respectivamente.

Receita

De seguida, apresenta-se o quadro no qual se explicita a desagregação da receita total por grandes agregados, bem como os níveis de execução no final do terceiro trimestre de 2006.

	Milhares de euros		
	Orçamentado	Realizado	%
Receitas Próprias	618.633,4	434.473,3	70,2%
Receitas Fiscais	592.569,0	417.860,0	70,5%
- Impostos Directos	190.861,0	119.316,2	62,5%
- Impostos Indirectos	398.558,0	296.035,9	74,3%
- Taxas, multas e o.p.	3.150,0	2.507,9	79,6%
Outras receitas próprias	26.064,4	16.613,3	63,7%
Transferências do OE	229.067,0	164.524,1	71,8%
Transferências da UE	26.300,0	11.420,7	43,4%
Total da Receita	874.000,4	610.418,1	69,8%

A leitura a este quadro permite concluir que, do conjunto de agregados que compõem a receita, o que apresenta a taxa de execução mais



elevada é o que diz respeito às transferências do Orçamento de Estado, com uma taxa de execução na ordem dos 71,8%, o equivalente a 164,5 milhões de euros. A este agregado, segue-se o das receitas próprias com uma execução de 70,2%, o correspondente a 434,5 milhões de euros.

Do conjunto de agregados que compõem a receita, são as receitas próprias que assumem maior importância, não apenas pelo seu valor, mas também pelo seu peso no cômputo geral da receita. No âmbito deste agregado, destacam-se as receitas fiscais com uma taxa de execução de 70,5% e as outras receitas próprias com 63,7%.

O nível de execução das receitas próprias e das transferências do orçamento de estado, no final do terceiro trimestre, já tinham ultrapassaram os setenta por cento de execução, o que permite estimar um grau de realização das mesmas muito próximo dos valores orçamentados.

Dado o peso que as receitas fiscais assumem, quer no cômputo das receitas próprias (96,2%) quer no cômputo da receita total (68,5%), apresenta-se de seguida um quadro com a desagregação dos impostos directos e indirectos.



EXECUÇÃO DA RECEITA FISCAL - III TRIMESTRE DE 2006

Unidade - Mil Euros			
	Dotação	Execução	%
Impostos Directos	190.861,0	119.316,2	62,5%
Imp.s/rendimento pessoas singulares - IRS	148.039,0	82.007,2	55,4%
Imp.s/rendimento pessoas colectivas - IRC	42.572,0	37.085,2	87,1%
Impostos directos diversos	250,0	223,8	89,5%
Impostos Indirectos	398.558,0	296.035,9	74,3%
Imposto s/ produtos petrolíferos - ISP	43.150,0	30.125,5	69,8%
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	286.700,0	212.885,3	74,3%
Imposto autom—vel - IA	13.455,0	11.435,8	85,0%
Imposto de consumo s/ tabaco	22.678,0	15.695,9	69,2%
Imposto s/ álcool e bebidas alco—licas - IABA	12.750,0	8.259,7	64,8%
Imposto de selo	19.425,0	17.344,8	89,3%
Impostos indirectos diversos	400,0	289,0	72,2%
Taxas, multas e outras penalidades	3.150,0	2.507,9	79,6%
Receita Fiscal	592.569,0	417.860,1	70,5%

Do conjunto dos impostos directos destaca-se o elevado nível de execução do imposto sobre rendimento de pessoas colectivas (IRC) com uma taxa na ordem dos 87,1%, o equivalente a 37,1 milhões de euros. Este conjunto de impostos apresenta uma taxa de execução de 62,5%, o correspondente a 119,3 milhões de euros, tendo um peso de 28,6% no total da receita fiscal executada.

Os impostos indirectos apresentam uma taxa de execução de 74,28%, o equivalente a 296 milhões euros. Estes impostos assumem uma importância significativa, quer no contexto da receita fiscal, 70,8%, quer no conjunto da receita total, 48,5%.



Entre os diversos tipos de impostos indirectos, destacam-se o IVA, o IA e ainda o Imposto de Selo, por todos eles já terem ultrapassado os setenta por cento de execução, 74,25%, 84,99% e 89,29%, respectivamente.

O IVA com um valor de 212,9 milhões e euros realizados, é o imposto que maior peso tem no total da receita fiscal, 50,1% , e no total da receita 34,9%.

Salienta-se, ainda, para o facto de, no conjunto dos impostos indirectos, quase todos eles, estarem com taxas de execução próximas ou superiores a setenta por cento, apenas com a excepção do IABA, para o qual se prevê uma taxa de execução superior aos 100%, em resultados dos acertos a efectuar até ao final do corrente ano.

As taxas, multas e outras penalidades apresentam uma execução de 79,6%, o correspondente a 2,5 milhões de euros.

Despesa

Os níveis de execução das componentes da despesa, registados no final do terceiro trimestre de 2006, estão patentes no quadro a seguir apresentado.



	Milhares de euros		
	Orçamentado	Executado	%
Despesas de Funcionamento	548.320,0	385.947,2	70,4%
Pessoal	272.211,1	191.232,2	70,3%
Juros	9.000,1	8.275,8	92,0%
Transferências	230.165,6	167.020,9	72,6%
Aquisição bens e serviços	17.121,7	11.102,4	64,8%
Aquisição bens de capital	1.441,2	595,2	41,3%
Outras	18.380,2	7.720,8	42,0%
Despesas de Investimento	325.680,4	155.731,4	47,8%
Total da Despesa	874.000,4	541.678,6	62,0%

A análise a este quadro permite concluir são as despesas com pessoal, com uma execução de 191,2 milhões de euros, o agregado económico que detém o peso mais significativo (49,6%) no tal das despesas de funcionamento.

As despesas com pessoal, ao registarem, no final do terceiro trimestre, uma taxa de execução de 70,3%, leva-nos a estimar um grau de execução no final do corrente, inferior à dotação orçamentada.

As transferências apresentam um valor executado de 167 milhões de euros, a que corresponde um grau de execução de 72,6%. Salienta-se que, deste valor, 135,8 milhões de euros, foram transferidos para as unidades de saúde compreendidas no âmbito do Serviço Regional de Saúde.

Destaca-se o facto das taxas de execução dos agrupamentos económicos “aquisição de bens e serviços correntes” e “aquisição de bens de capital”, registarem índices inferiores ao das despesas de funcionamento, 64,8% e 41,3%, respectivamente.



Relativamente às despesas de investimento, regista-se uma execução de 155,7 milhões de euros, montante este que revela, tradicionalmente, uma execução muito acentuada no último trimestre, salientando-se que no final do mês de Outubro, o valor executado já ultrapassa os 200 milhões de euros.



B) Administração Local

Os municípios da Região Autónoma dos Açores obtiveram em 2005 receitas no valor total de 178,7 milhões de euros, o que significa um aumento de 3%, relativamente a 2004, ficando todavia este valor ligeiramente abaixo do obtido em 2003. Este aumento deve-se essencialmente ao crescimento de 13%, das transferências recebidas dos fundos comunitários

Verificou-se um aumento de 10% no recurso ao crédito, apesar dos limites de endividamento, sendo no entanto o valor de 2005 (14,4 milhões de euros) inferior ao verificado em 2003 (18,7 milhões).

RECEITAS	2003		2004		2005		2004/2005 (%)
	VALORES	%	VALORES	%	VALORES	%	
Receitas Locais	30.227	17	36.091	21	37.470	21	4
Fundos OE	84.978	47	89.477	51	91.455	51	2
Fundos Comunitários	30.325	17	23.265	13	26.212	15	13
Transferências Gov. Regional	6.313	4	7.520	4	5.293	3	-30
Outras Transferências	8.962	5	4.828	3	3.831	2	-21
Empréstimos	18.664	10	13.088	8	14.430	8	10
TOTAIS	179.469	100	174.269	100	178.691	100	3

DESPEASAS	2003		2004		2005		2004/2005 (%)
	VALORES	%	VALORES	%	VALORES	%	
Pessoal	39.793	21	41.764	24	43.935	24	5
Bens e Serviços	21.688	12	23.283	13	24.901	14	7
Juros	3.870	2	3.506	2	3.595	2	3
Amortizações	9.793	5	11.919	7	11.680	6	-2
Investimentos	98.778	52	79.343	45	81.030	44	2
Transferências	10.992	6	11.478	7	12.221	7	6
Outras Despesas	2.958	2	2.934	2	5.019	3	71
TOTAIS	187.872	100	174.227	100	182.381	100	5



Em termos de endividamento, os municípios deviam à banca, no final de 2005, 130,5 milhões de euros, ou seja, menos 4,5% do que em 2004. Todavia, a dívida não bancária (fornecedores) aumentou um pouco, levando a um crescimento de 2% na dívida global.

ANOS	DÍVIDA BANCÁRIA	DÍVIDA A FORNECEDORES	TOTAL BANCOS E FORNECEDORES
2004	136.693.602	25.547.349	162.240.951
2005	130.533.579	34.817.948	165.351.527
2004/05 (%)	-4,5	36,3	1,9

A despesa total de 2005 foi de 182,4 milhões de euros, tendo o excesso sobre a receita desse ano (178,7 milhões) sido coberto pelo saldo de 5,9 milhões de euros que transitou da gerência anterior.

Nas despesas, o aumento de 13% verificado nos fundos comunitários não teve grande impacto no investimento, que apenas aumentou 2%. As despesas de pessoal aumentaram 5%, um valor um pouco elevado, tendo em conta que não houve aumentos de vencimento em 2005.

Em termos de áreas de investimento, a rede viária destaca-se ao crescer 33%, ao contrário do sector de águas e esgotos, que sofreu uma redução de 20%. A rede viária, com 30%, e a educação e desporto, com 23%, constituem as áreas prioritárias de investimento em 2005.



INVESTIMENTO	2003		2004		2005		2004/2005 (%)
	VALORES	%	VALORES	%	VALORES	%	
Terrenos e Habitação	23.645	24	9.728	12	8.969	11	-8
Instal. Serviços e Out. Edif.	4.219	4	4.213	5	3.448	4	-18
Educação e Desportos	25.413	26	17.948	23	18.445	23	3
Rede Viária	15.540	16	18.472	24	24.536	30	33
Água e Esgotos	6.633	7	6.541	8	5.253	6	-20
Lixos	1.203	1	2.402	3	2.288	3	-5
Outras Construções	8.675	9	4.796	6	5.549	7	16
Equipamento, Mat. Transp.	4.196	4	4.641	6	4.019	5	-13
Outros	9.254	9	10.603	13	8.521	11	-20
TOTAIS	98.778	100	79.344	100	81.028	100	2

As despesas com aquisição de bens e serviços sofreram um aumento de 7%, representando uma parcela de 14% no contexto da despesa global.

Quanto ao aumento de 71% nas “Outras despesas”, a sua importância é reduzida, tratando-se de uma rubrica residual, cujo peso no total das despesas ronda os 3%.



IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL

A previsão orçamental da receita e da despesa contempladas na presente proposta de orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA), para o ano de 2007, segue os critérios e métodos utilizados nos últimos anos, ajustados, naturalmente, à nova realidade financeira decorrente da aplicação dos novos critérios de determinação das transferências financeiras previstos na revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, os quais, apesar de ainda não terem sido aprovados na Assembleia da República, foram integrados na proposta de Orçamento do Estado para 2007, tendo pois um impacto no Orçamento da Região.

Assim, para efeitos de análise comparativa da receita da Região e da própria estrutura do financiamento da respectiva despesa, os valores relativos ao ano corrente observam ajustamentos que se consideram necessários à coerência da respectiva evolução dos montantes entre 2006 e 2007.

No seguimento da política orçamental prosseguida nos últimos dois anos, a qual decorre dos objectivos programáticos do IX Governo Regional, esta proposta de orçamento insere-se num quadro estável das finanças públicas regionais, sendo nulas as necessidades liquidas do seu financiamento, não obstante a autorização do recurso a novos empréstimos, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 116.º da proposta do Orçamento do Estado para 2007.



A presente proposta de orçamento mantém a trajectória dos últimos anos, no sentido de que as taxas de crescimento das receitas próprias superem as taxas de crescimento das despesas de funcionamento.

Efectivamente, não considerando, em 2006, algumas receitas fiscais extraordinárias, nomeadamente, ao nível do IRS, e adaptando o valor do IVA às novas regras para a sua transferência para a Região, constata-se que a taxa de crescimento das receitas próprias nesta proposta de orçamento atinge os 6,3%, enquanto as despesas de funcionamento se ficam pelos 1,7%, não se contemplando nestas as operações de refinanciamento e as dotações provisionais

A despesa corrente primária prevista para 2007, regista uma taxa de crescimento de apenas 1,1%, relativamente ao respectivo valor de 2006. Esta taxa está significativamente influenciada pelo reforço de 4,5% efectuado nas verbas a transferir para o Serviço Regional de Saúde. De facto, se considerarmos a despesa corrente primária, sem as referidas transferências, constatamos que a mesma regista um decréscimo de 0,8%, entre 2006 e 2007.

Naturalmente, para se manter este objectivo estratégico é necessário continuar a aprofundar as medidas de rigor e de contenção nas despesas de funcionamento da administração pública regional.

O quadro seguinte representa a estrutura síntese desta proposta de orçamento, excluindo-se o valor das contas de ordem.



	Milhões de Euros
	2007
1. Receitas Correntes	631,7
2. Despesas Correntes	555,5
3. Encargos da Dívida Pública	10,5
4. Saldo Corrente (1-2)	76,2
5. Receitas de Capital	303,6
6. Empréstimos	56,6
7. Despesas de Capital	379,8
8. Amortização de Dívida	56,6
9. Saldo de Capital (5-7)	-76,2
10. Saldo Global (4+9)	0,0
11. Saldo Primário (10+3)	10,5

O quadro revela que a proposta de orçamento da Região para 2007 assegura o equilíbrio orçamental, apresentando um saldo corrente positivo de 76,2 milhões de euros, um saldo global nulo e um saldo primário positivo de 10,5 milhões de euros.

A) Orçamento da Receita

A receita global prevista para 2007 ascende a 1.255,2 milhões de euros, mais 76,8 milhões de euros do que o valor do ano anterior. Não se considerando as contas de ordem, no valor de 263,3 milhões de euros, a receita global atinge os 991,9 milhões de euros, mais 7,4% do que o montante orçamentado em 2006.

Para efeitos comparativos, os valores globais da receita não contemplam os montantes relativos às operações de refinanciamento dos



anos de 2006 e 2007, os quais estão orçamentados no capítulo 12 da receita, centrando-se a análise no âmbito das receitas efectivas.

A receita efectiva orçamentada para 2007, atinge o montante global de 935,3 milhões de euros, mais 7% do que o correspondente valor de 2006.

As receitas efectivas são constituídas por três grandes agregados – as receitas próprias, as transferências do Orçamento do Estado e as transferências da União Europeia – correspondentes às principais fontes de financiamento do orçamento regional.

Analisando a estrutura das receitas efectivas é possível concluir que, para 2007, são as receitas próprias que constituem a principal fonte de financiamento do orçamento regional, representando 54% do total das receitas efectivas, registando-se, contudo, uma significativa redução do seu peso relativamente ao ano de 2006, menos 16,8 pontos percentuais. Esta alteração decorre na sua quase totalidade do novo modelo de transferência da receita do IVA para a Região e numa parte menos significativa, do aumento do peso das transferências da União Europeia de 2006 para 2007, resultante da entrada em funcionamento do novo período de programação financeira comunitária 2007-2013, do qual resulta um aumento de 29,9% dos fundos estruturais (FEDER e FSE) para os Açores, o que representa um reforço de 266 milhões de euros.

As transferências do Orçamento do Estado representam, em 2007, um peso de 38% no conjunto das receitas efectivas, mais 11,8% do que em



2006, em resultado da já referida alteração no modelo das transferências do IVA para a Região. Retirado este efeito, o peso relativo das transferências do Orçamento do Estado no total das receitas efectivas, manter-se-ia no mesmo nível, apesar do seu aumento líquido em 13,7 milhões de euros, apenas registando uma pequena descida de 0,7%, causada pelo acréscimo registado nas Transferências da União Europeia.

As transferências do OE registam um acréscimo líquido de 13,7 milhões de euros, o qual resulta do aumento de 13,3 milhões de euros, por força dos novos critérios constantes da LFRA, do aumento de 14,9 milhões de euros, respeitante ao pagamento de uma primeira parcela da dívida do Governo da República relativa à má aplicação da LFRA, da redução 10,5 milhões de euros, da comparticipação do Estado nos encargos com a reconstrução das habitações danificadas pelo sismo de 1998, processo praticamente concluído e por fim, da redução em 4 milhões de euros, das verbas relacionadas com a bonificação dos juros do crédito à habitação, em virtude de tal encargo passar a ser assumido directamente pelo Governo da República.

As transferências da União Europeia representam, em 2007, um peso de 8% no total das receitas efectivas, mais 5 pontos percentuais do que no ano anterior.

Receitas próprias



As receitas próprias estimadas para 2007 atingem o valor global de 504,7 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 18,4% relativamente ao valor orçamentado no ano de 2006.

Esta evolução está claramente influenciada pela alteração do modelo de afectação do IVA à Região, bem como, pelo pagamento total, em 2006, das dívidas do Governo da República referentes ao IRS e do IABA, de anos anteriores. Retirando os efeitos destes factos, as receitas próprias previstas para 2007 registam um acréscimo de 6,3%.

No âmbito das receitas próprias merecem ser salientadas as receitas fiscais, as quais representam 92,6% do seu valor global.

As receitas fiscais registam uma previsão orçamental de 467,4 milhões de euros, menos 21,1% do que o valor previsto para o corrente ano. Deduzidos os já referidos efeitos, passa-se a ter uma taxa de crescimento de 4,2%.

Os impostos directos estão estimados em 166,7 milhões de euros, o que traduz um decréscimo de 12,6% relativamente ao valor orçamentado no corrente ano. Esta variação é explicada pelos comportamentos observados na evolução do IRS e do IRC entre 2006 e 2007.

O IRS apresenta uma estimativa orçamental de 118,2 milhões de euros, menos 20,1% do que o valor orçamentado em 2006. Esta evolução resulta fundamentalmente do facto da receita deste imposto, contemplar em 2006, verbas extraordinárias resultantes de pagamentos em dívida pelo



Governo da República, no valor global de 13,2 milhões de euros, relativos às retenções efectuadas pelos funcionários de serviços do Estado sedeados na região, entre 1998 e 2002. A taxa de crescimento para 2007 foi igual à prevista na proposta do Orçamento do Estado (+4,6%) , e incidiu sobre a estimativa de execução no corrente ano, sem as verbas extraordinárias.

A receita do IRC está estimada em 48,2 milhões de euros, mais 13,2% do que o valor orçamentado em 2006. Contudo, a estimativa efectuada baseou-se no montante de receita prevista para o corrente ano, que irá exceder o valor orçamentado em mais de 12%, ao qual se aplicou uma taxa de crescimento de 5%.

Os impostos indirectos atingem uma previsão orçamental de 297,1 milhões de euros, menos 25,5% do que o valor orçamentado no corrente ano. Esta evolução, como já referido anteriormente, está influenciada pela alteração registada ao nível do IVA e pela liquidação total da dívida do IABA no montante de 10,2 milhões de euros, em 2006. A receita estimada para 2007, líquida dos referidos efeitos, prevê um crescimento de 4,8%, relativamente ao ano anterior.

O Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) está estimado em 45,15 milhões de euros, mais 4,6% do que o valor orçamentado no corrente ano.

O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) atinge uma previsão orçamental de 180,6 milhões de euros, tendo implícita uma taxa de crescimento de 3,7%, igual à prevista no OE, a qual reflecte a alteração do



modelo de transferência deste imposto, prevista para o próximo ano. Esta previsão corresponde ao IVA efectivamente gerado na Região, estando prevista uma componente, no valor de 112,8 milhões de euros, nas transferências do OE, que compensam integralmente a Região em resultado da alteração introduzida no novo método de afectação da receita do IVA.

Para o Imposto Automóvel (IA), estima-se um valor de 15,4 milhões de euros, correspondente ao montante que se prevê arrecadar no corrente ano. Espera-se, assim, que a receita deste imposto se mantenha sem grandes oscilações no próximo ano.

Para o Imposto sobre o Tabaco (IT) prevê-se uma receita de 24,3 milhões de euros, mais 7,3% do que o montante estimado de execução no corrente ano, taxa de crescimento igual à constante da proposta de Orçamento do Estado para 2007.

O Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas (IABA) está dotado de uma receita de 6,8 milhões de euros, mais 5% do que a estimativa de execução no corrente ano, líquida dos acertos efectuados em sede deste imposto no decurso de 2006.

As taxas, multas e outras penalidades atingem uma previsão de receita de 3,6 milhões de euros, mais 5% do que o valor estimado de execução para o corrente ano.



As outras receitas próprias atingem uma estimativa global de 37,3 milhões de euros, mais 9,7% do que o correspondente valor de execução previsto para o corrente ano.

Transferências do Orçamento do Estado

As transferências do Orçamento do Estado atingem uma previsão global de 355,5 milhões de euros, mais 55,2% do que o valor orçamentado em 2006.

Esta evolução fortemente positiva está, naturalmente, influenciada pelo reforço das verbas a transferir, a título de solidariedade e da coesão, nos termos da nova fórmula prevista na proposta de revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, no montante de 13,3 milhões de euros, por uma transferência extraordinária decorrente do reconhecimento, por parte do Governo da República, da existência de uma dívida associada ao valor das transferências do Orçamento do Estado efectuadas em anos anteriores, cuja primeira parcela ascende a 14,9 milhões de euros, e pelo novo modelo de transferência do IVA para a Região, nos termos previstos na já referida proposta de revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, no montante de 112,8 milhões de euros.

As transferências do Orçamento do Estado efectuadas a título de solidariedade nacional atingem o valor de 167,4 milhões de euros, mais 11,8 milhões de euros do que o valor do corrente ano.



As transferências do Orçamento do Estado efectuadas ao abrigo do fundo de coesão, ascendem a 56 milhões de euros, mais 1,5 milhões de euros do que o correspondente valor de 2006.

No conjunto destas duas transferências provenientes do Orçamento do Estado, a Região consegue, para o ano de 2007, um reforço de 13,3 milhões de euros, relativamente ao correspondente valor transferido no corrente ano.

Como já referido, para o ano de 2007, é transferida uma verba extraordinária no valor de 14,9 milhões de euros, correspondente a uma parcela de um acerto global de 90 milhões de euros, desde há vários anos reclamado pelo Governo Regional, referente à errada aplicação da LFRA, entre 1998 e 2005, e finalmente assumido pelo Governo da República.

O Orçamento do Estado para 2007, inclui no valor das transferências a efectuar para a Região, o montante de 112,8 milhões de euros, a título de compensação, em virtude da definição de novas regras quanto à distribuição das receitas do IVA entre o Estado e as Regiões Autónomas.

Finalmente, e ainda no âmbito das transferências do Orçamento do Estado, está orçamentada uma verba de 4,5 milhões de euros, destinada a compartilhar os encargos com a reconstrução das habitações danificadas pelo sismo de 1998.



Transferências da União Europeia

O valor global previsto de transferências provenientes da União Europeia a receber em 2007 atinge os 167,6 milhões de euros, dos quais, 75 milhões de euros respeitam ao co-financiamento de projectos de investimento directamente executados pelo Governo Regional e 92,6 milhões de euros, estão consignados a projectos desenvolvidos por outras entidades e, como tal, inscritos em contas de ordem.

Para os investimentos da responsabilidade directa do Governo Regional, está previsto um co-financiamento de 75 milhões de euros, sendo 69 milhões de euros, respeitantes à comparticipação comunitária do FEDER e, os restantes 6 milhões de euros, do Fundo de Coesão.

Este montante resulta do aumento muito significativo das verbas disponíveis no âmbito do próximo período de programação financeira comunitária – QREN 2007-2013, que irá disponibilizar nesse período 1.532 milhões de euros, sendo 1.157 milhões de euros, no âmbito dos fundos estruturais (FEDER + FSE), 274 milhões de euros, no âmbito do FEADER, para financiamento de investimentos no âmbito do desenvolvimento da agricultura, 70 milhões de euros, do fundo de coesão e 31 milhões de euros, no âmbito do fundo de desenvolvimento das pescas.

Estas dotações representam um aumento de 311 milhões de euros, isto é, mais 25,4% do que o valor do quadro comunitário anterior. A componente referente aos fundos estruturais (FEDER + FSE) regista o



maior aumento, mais 266 milhões de euros, o que significa um acréscimo de 29,9%.

Este reforço dos fundos comunitários irá influenciar positivamente o peso relativo desta componente da receita a partir de 2007, na estrutura de financiamento do investimento publico regional.

Contas de Ordem

O valor global das contas ordem estimadas para 2007 atingem os 263,3 milhões de euros, mais 3,4% do que o valor orçamentado em 2006.

O valor global das contas de ordem inclui 25,9 milhões de euros, correspondentes a receitas próprias dos fundos e serviços autónomos e 237,4 milhões de euros, consignados a diversas entidades.

B) Orçamento da Despesa

A despesa global orçamentada para 2007 atinge o valor de 1.255,2 milhões de euros, mais 6,5% do que o valor de 2006, incluindo uma previsão de 263,3 milhões de euros de contas de ordem.

Tal como se encontra previsto na Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, a despesa global é apresentada de acordo com a classificação económica, a classificação orgânica e a classificação funcional.



Classificação Económica

Nos termos deste tipo de classificação, a despesa é estruturada de acordo com a natureza das respectivas aplicações dos fundos previstos em sede orçamental.

Para efeitos de análise comparativa, os valores orçamentados em sede da dotação provisional e os montantes das operações de refinanciamento previstos para 2006 e 2007, não serão considerados nos quadros que, seguidamente, se apresentarão.

O quadro seguinte apresenta a estrutura orçamental da despesa global prevista para 2007, estabelecendo a respectiva comparação com a do ano anterior.



Estrutura da Despesa Global

			Milhares de Euros	
	2006	%	2007	%
1. Despesas Correntes	539.192,7	48,1%	546.448,7	45,9%
Despesas com Pessoal	272.698,2	24,3%	273.274,5	23,0%
Transferências	229.176,8	20,4%	234.461,1	19,7%
Aquisição de Bens e Serviços	17.023,3	1,5%	16.910,2	1,4%
Encargos Correntes da Dívida	9.000,1	0,8%	10.500,0	0,9%
Outras	11.294,3	1,0%	11.302,9	1,0%
2. Despesas de Capital	2.346,6	0,2%	2.341,4	0,2%
Aquisição de Bens	1.452,5	0,1%	1.447,3	0,1%
Outras	894,0	0,1%	894,1	0,1%
3. Despesas de Funcionamento (1+2)	541.539,3	48,3%	548.790,0	46,1%
4. Despesas do Plano	325.680,4	29,0%	377.479,2	31,7%
5. Contas de Ordem	254.537,4	22,7%	263.327,6	22,1%
6. Total da Despesa (3+4+5)	1.121.757,1	100,0%	1.189.596,9	100,0%

Nota: Não inclui valores da Dotação Provisional e das operações de refinanciamento.

A análise deste quadro permite concluir que a estrutura da despesa global evidencia uma tendência positiva, entre 2006 e 2007, consubstanciada no facto de se registarem reduções nos pesos relativos das despesas de funcionamento e nas contas de ordem, por contrapartida de aumento do peso das despesas do plano.

Esta evolução está perfeitamente identificada com os objectivos estratégicos prosseguidos pelo Governo Regional, no sentido de conter as despesas de funcionamento e reforçar os meios financeiros afectos às despesas de investimento.



Nesta perspectiva, verifica-se uma redução do peso das despesas de funcionamento, em 2,2 pontos percentuais, a par de um aumento do peso das despesas do plano, em 2,7 pontos percentuais.

As despesas de funcionamento da administração pública regional previstas para 2007 atingem o valor de 548,8 milhões de euros, apresentando uma taxa de crescimento de apenas 1,3%, claramente abaixo da inflação esperada.

No âmbito das despesas de funcionamento, destacam-se as despesas correntes, as quais, representam cerca de 99,6% do seu respectivo total.

As despesas correntes para 2007 estão orçamentadas em 546,4 milhões de euros, apenas mais 1,3% do que o valor de 2006.

No âmbito das despesas correntes, apenas se registam acréscimos em três agrupamentos económicos – despesas com pessoal (+0,2%), transferências correntes para o Serviço Regional de Saúde (+4,5%) e encargos correntes da dívida – observando-se decréscimos nos restantes – aquisição de bens e serviços correntes (-0,7%), outras despesas correntes (-0,5%) e nas outras transferências correntes (-0,7%).

As despesas com pessoal estão orçamentadas no valor de 273,3 milhões de euros, mais 0,2% do que o respectivo valor revisto do corrente ano. As despesas com pessoal representam cerca de 50% do total das despesas correntes.

As transferências correntes estão estimadas em 234,5 milhões de euros, mais 2,3% do que o valor orçamentado para o corrente ano. Esta



evolução foi claramente influenciada pela taxa de crescimento de 4,5% aplicada às verbas destinadas ao Serviço Regional de Saúde (SRS).

Este agrupamento económico integra 211,1 milhões de euros a serem transferidos para outros organismos da administração pública, mormente para o SRS, o qual absorve 193,3 milhões de euros daquele montante, ou seja, cerca de 91,6%. Os restantes 23,4 milhões de euros destinam-se a outros sectores fora da administração pública, destacando-se, neste âmbito, as verbas previstas para cobrir os encargos com os complementos de pensões, as quais, estão orçamentadas em 19,9 milhões de euros.

Os encargos correntes da dívida estão orçados em 10,5 milhões de euros, mais 16,7% do que o montante da dotação actual. Esta taxa de crescimento decorre, exclusivamente, da evolução esperada das taxas de juros nos mercados financeiros, uma vez que não haverá alteração do “stock” da dívida directa da Região, em 2007.

O agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes prevê uma dotação de 16,9 milhões de euros, observando um decréscimo de 0,7%, relativamente à dotação do corrente ano. Esta evolução está em sintonia com o objectivo já anteriormente referido, de rigor e de contenção implementado pelo Governo Regional, ao nível deste tipo de despesas.

As outras despesas correntes, com uma dotação de 11,3 milhões de euros, apresentam, igualmente, um decréscimo de 0,5%, relativamente ao valor orçamentado no corrente ano. No âmbito destas despesas, destacam-se as verbas destinadas ao financiamento das despesas correntes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no montante de



9,9 milhões de euros, as quais registam um aumento de 2% relativamente ao respectivo valor do corrente ano.

As despesas de capital estão orçadas em 2,3 milhões de euros, menos 0,2% do que o valor orçamentado no corrente ano.

No âmbito destas despesas, destaca-se o agrupamento económico das despesas com a aquisição de bens de capital, o qual, com uma dotação prevista de 1,4 milhões de euros, revela um decréscimo de 0,4 pontos percentuais, relativamente ao correspondente valor deste ano.

À semelhança do referido aquando da análise às despesas correntes, a taxa de variação prevista para este tipo de despesas é reveladora do compromisso assumido pelo Governo Regional de promover uma evolução contida destas despesas, sem deixar de assegurar o regular funcionamento dos serviços públicos regionais.

As outras despesas de capital atingem uma dotação de 0,9 milhões de euros, mantendo-se igual ao correspondente valor deste ano.

As despesas de investimento inscritas no capítulo 40 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, para 2007, atingem o valor global de 377,5 milhões de euros, mais 15,9% do que o montante orçamentado para o corrente ano.

Esta elevada taxa de crescimento do montante orçamentado em despesas de investimento, é demonstrativa da política orçamental executada e a executar pelo Governo Regional, a qual assenta na obtenção de taxas de crescimento superiores para as dotações afectas ao plano de



investimentos, relativamente às atribuídas às despesas de funcionamento da administração regional.

Classificação Orgânica

A classificação orgânica apresenta a despesa pública desagregada pelos respectivos serviços e organismos, em razão da competência que lhes está atribuída para a execução da mesma.

O quadro seguinte apresenta a despesa global prevista para 2007, desagregada pelos diversos departamentos regionais, e respectiva comparação com os montantes atribuídos em 2006.

Despesa Total

	Milhares de Euros			
	2006	%	2007	%
Assembleia Legislativa Regional dos Açores	10.008,3	0,9%	10.208,4	0,9%
Presidência do Governo Regional	24.448,5	2,2%	26.492,2	2,2%
Vice-Presidência do Governo Regional	276.846,5	24,7%	277.355,9	23,3%
Sec. Reg. da Educação e Ciência	271.039,3	24,2%	276.645,7	23,3%
Sec. Reg. da Habitação e Equipamentos	83.481,6	7,4%	99.014,4	8,3%
Sec. Reg. da Economia	125.036,8	11,1%	140.610,2	11,8%
Sec. Reg. dos Assuntos Sociais	213.450,8	19,0%	224.233,6	18,8%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	88.192,6	7,9%	93.527,2	7,9%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	29.252,8	2,6%	41.509,3	3,5%
Total	1.121.757,1	100%	1.189.596,9	100%

Nota: Não inclui valores da Dotação Provisional e das operações de refinanciamento.



A leitura deste quadro permite concluir que é a Vice-Presidência do Governo Regional, o departamento que, com uma dotação global de 277,4 milhões de euros, continua a registar o maior volume de despesa para o ano de 2007, detendo um peso relativo de 23,3%, apesar de registar uma ligeira descida de 1,4 pontos percentuais, relativamente a 2006.

No âmbito deste departamento destaca-se o capítulo 12 – contas de ordem, com uma dotação prevista de 215,7 milhões de euros e o capítulo 01 – Gabinete do Vice-Presidente, com uma dotação prevista de 112,4 milhões de euros, dos quais, 56,6 milhões de euros, destinam-se a fazer face a uma operação de refinanciamento a concretizar em 2007, 19,9 milhões de euros, estão afectos ao pagamento dos complementos de pensões, 10,5 milhões de euros, respeitam aos encargos correntes da dívida pública directa da Região e 8,9 milhões de euros, destinam-se a suportar os encargos com a ADSE.

A Secretaria Regional da Educação e Ciência, igualmente com um peso relativo de 23,3%, atinge uma dotação global de 276,6 milhões de euros, diminuindo 0,9 pontos percentuais, relativamente ao valor de 2006.

No âmbito deste departamento destaca-se o capítulo 02 – Direcção Regional da Educação, com uma dotação prevista de 197,3 milhões de euros e o capítulo 40 – Despesas do Plano, com 60,5 milhões de euros.

A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais contempla uma dotação global de 224,2 milhões de euros, representando cerca de 18,8% do total da despesa, sensivelmente o mesmo peso que detinha no ano transacto.



Neste departamento, destacam-se sobretudo as verbas destinadas ao Serviço Regional de Saúde, no montante de 193,3 milhões de euros.

Para a Secretaria Regional da Economia está prevista uma dotação global de 140,6 milhões de euros, a qual representa um peso relativo de 11,8% do total da despesa, mais 0,7 pontos percentuais do que detinha no ano anterior.

Ao nível deste departamento, salientam-se as verbas destinadas ao capítulo 40 – Despesas do Plano, as quais, atingem o valor de 107,8 milhões de euros.

O quadro seguinte apresenta a despesa global, em 2006 e 2007, igualmente desagregada pela classificação orgânica, mas não contemplando as contas de ordem.

Despesa Total

	2006		Milhares de Euros	
	2006	%	2007	%
Assembleia Legislativa Regional dos Açores	10.008,3	1,2%	10.208,4	1,1%
Presidência do Governo Regional	24.048,5	2,8%	26.192,2	2,8%
Vice-Presidência do Governo Regional	62.641,7	7,2%	61.664,6	6,7%
Sec. Reg. da Educação e Ciência	263.699,9	30,4%	268.978,7	29,0%
Sec. Reg. da Habitação e Equipamentos	77.438,7	8,9%	91.483,8	9,9%
Sec. Reg. da Economia	101.383,5	11,7%	117.661,0	12,7%
Sec. Reg. dos Assuntos Sociais	213.442,1	24,6%	220.424,6	23,8%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	85.670,4	9,9%	88.616,8	9,6%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	28.886,8	3,3%	41.039,2	4,4%
Total	867.219,7	100%	926.269,3	100%

Nota: Não inclui valores da Dotação Provisional e das operações de refinanciamento.

A estrutura da despesa, segundo a classificação orgânica, regista alterações significativas, sendo a Secretaria Regional da Educação e Ciência, com uma dotação de 269 milhões de euros, a mais representativa,



ao atingir um peso relativo de 29%, seguido da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com 220,4 milhões de euros e da Secretaria Regional da Economia, com 117,6 milhões de euros.

No âmbito dos três departamentos mais representativos, apenas a Secretaria Regional da Economia regista um aumento do seu peso relativo, em 1 ponto percentual, verificando-se ligeiras diminuições nos restantes dois.

As dotações orçamentais afectas às Secretarias Regionais da Educação e Ciência e dos Assuntos Sociais, atingem, em conjunto, o valor de 489,4 milhões de euros, representando 52,8% do total da despesa e registando um crescimento de 2,6% relativamente ao correspondente valor do ano anterior.

O quadro seguinte apresenta as despesas de investimento distribuídas pelos diversos departamentos da administração pública.

Plano de Investimentos

			Milhares de Euros	
	2006	%	2007	%
Presidência do Governo Regional	12.781,5	3,9%	14.556,3	3,9%
Vice-Presidência do Governo Regional	11.548,0	3,5%	8.675,8	2,3%
Sec. Reg. da Educação e Ciência	53.020,5	16,3%	60.466,2	16,0%
Sec. Reg. da Habitação e Equipamentos	53.883,9	16,5%	70.592,9	18,7%
Sec. Reg. da Economia	91.830,7	28,2%	107.842,5	28,6%
Sec. Reg. dos Assuntos Sociais	23.228,7	7,1%	21.710,9	5,8%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	56.221,4	17,3%	58.955,9	15,6%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	23.165,8	7,1%	34.678,7	9,2%
Total	325.680,4	100%	377.479,2	100%



A análise ao quadro anterior permite constatar que a Secretaria Regional da Economia é o departamento com o maior volume de despesa, sendo responsável por 28,6% do respectivo total.

Este departamento atinge uma dotação global de 107,8 milhões de euros, mais 16 milhões de euros do que a dotação do ano anterior, o que representa um significativo crescimento de 17,4%.

A Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, com uma dotação prevista de 34,7 milhões de euros, regista a variação mais significativa (+49,7%) entre 2006 e 2007.

Classificação Funcional

Nos termos desta classificação, a despesa é distribuída pelas diversas funções que ao Estado cabe desempenhar.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa global prevista para 2007, sem o valor das contas de ordem, estabelecendo-se a comparação com os montantes aprovados para o corrente ano.



Estrutura da Despesa Global

			Milhares de Euros	
	2006	%	2007	%
1. Funções Gerais de Soberania	80.843,0	9,3%	88.069,6	9,5%
1.01 Serviços Gerais da Administração Pública	80.843,0	9,3%	88.069,6	9,5%
2. Funções Sociais	536.632,7	61,9%	541.749,4	58,5%
2.01 Educação	227.816,6	26,3%	229.550,0	24,8%
2.02 Saúde	200.446,3	23,1%	206.368,8	22,3%
2.03 Segurança e Acção Social	12.995,7	1,5%	14.055,8	1,5%
2.04 Habitação e Equipamentos Colectivos	62.725,3	7,2%	57.820,2	6,2%
2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	32.648,7	3,8%	33.954,7	3,7%
3. Funções Económicas	230.516,6	26,6%	273.236,3	29,5%
3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	94.231,3	10,9%	106.596,9	11,5%
3.02 Indústria e Energia	6.152,1	0,7%	5.238,3	0,6%
3.03 Transportes e Comunicações	69.890,3	8,1%	102.094,9	11,0%
3.04 Comércio e Turismo	59.742,8	6,9%	59.306,3	6,4%
3.05 Outras Funções Económicas	500,0	0,1%	-	0,0%
4. Outras Funções	19.227,4	2,2%	23.213,9	2,5%
4.01 Operações da Dívida Pública	9.000,0	1,0%	10.500,0	1,1%
4.03 Diversas não Especificadas	10.227,4	1,2%	12.713,9	1,4%
Total	867.219,7	100%	926.269,3	100%

Nota: Não inclui valores da Dotação Provisional e das operações de refinanciamento.
Não inclui o valor das contas de ordem

A análise ao quadro anterior permite constatar que, entre 2006 e 2007, se registam algumas alterações na estrutura da despesa pública, nos termos da sua classificação funcional, mantendo-se as funções sociais com o peso relativo mais significativo.

Efectivamente, as funções sociais, com uma dotação prevista de 541,7 milhões de euros, observam um crescimento de 1%, fixando-se nos 58,5% do total da despesa.



As funções económicas, com uma dotação prevista de 273,2 milhões de euros, detêm um peso de 29,5% no total da despesa e traduzem um aumento de 2,9 pontos percentuais, relativamente ao orçamento do corrente ano.

Para o reforço do peso das funções económicas, contribuíram mais significativamente as dotações afectas aos sectores dos “transportes e comunicações” e da “agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca”, os quais, apresentam taxas de crescimento de 46,1% e 13,1%, respectivamente.



C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos

Ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro – Lei de Enquadramento Orçamental – incluem-se na presente proposta de orçamento os mapas com as receitas globais dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA), especificadas segundo uma classificação orgânica, por capítulos, despesas globais dos FSA, especificadas também segundo uma classificação orgânica, despesas globais dos FSA segundo uma classificação funcional e, ainda, as despesas globais dos FSA, especificadas segundo uma classificação económica.

Classificação Económica

O orçamento consolidado dos Fundos e Serviços Autónomos, segundo a sua classificação económica, encontra-se patente no quadro a seguir apresentado.



Região Autónoma dos Açores
Vice - Presidência do Governo Regional
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	Euros	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Euros
RECEITAS CORRENTES	297.283.224	DESPESAS CORRENTES	296.972.309
Impostos directos	0	Despesas com pessoal	149.001.424
Impostos indirectos	750.000	Segurança Social	924.485
Cont. para Seg. social, C.G.A e ADSE	0	Contribuições para a Seg. Social	771.895
Txs,multas e outras penalidades	7.188.007	Aq. de bens e serviços correntes	108.875.871
Rend. de propriedades	3.374	Encargos correntes da dívida	650
Transferências	244.967.829	Juros	2.157.953
ORAA	225.162.881	Transferências Correntes	8.154.558
OE	7.857.265	ORAA	680.010
Entre Fundos	0	Adm. Local	24.904
U.E	319.500	OE	2.092.620
Outras	11.628.183	Entre Fundos	0
Venda de bens e serviços correntes	31.405.359	U.E	98.280
Outras receitas correntes	12.968.655	Outras	5.258.744
		Subsídios	28.043.536
		Outras despesas correntes	738.317
RECEITAS DE CAPITAL	55.224.639	DESPESAS DE CAPITAL	55.580.377
Venda de bens de investimento	20.000	Aquisição de bens de capital	21.054.004
Transferências	54.639.629	Transferências de Capital	33.373.489
ORAA	30.457.876	ORAA	0
OE	9.555.769	Adm. Local	1.314.271
Entre Fundos	0	OE	20.332.790
U.E	1.420.000	Entre Fundos	0
Outras	13.205.984	U.E	0
Activos financeiros	565.000	Outras	11.726.428
Passivos financeiros	0	Activos financeiros	1.152.884
Outras receitas de capital	10	Passivos financeiros	0
Recursos próprios comunitários	0	Outras despesas de capital	0
SUB-TOTAL	352.507.863	SUB-TOTAL	352.552.686
Reposições	32.823	Operações extra-orçamentais	5.939.723
Saldo da gerência anterior	12.000		
Na posse do serviço	0		
Na posse do Tesouro	0		
Operações extra-orçamentais	5.939.723		
TOTAL	358.492.409	TOTAL	358.492.409

O valor orçamentado para a receita e a despesa dos fundos e serviços autónomos, é de 358,5 milhões de euros.



Do total da receita orçamentada, 297,3 milhões de euros (82,9%) dizem respeito a receitas correntes e 55,2 milhões de euros a receitas de capital (15,4%).

Relativamente às componentes das receitas correntes, ressaltam-se as transferências correntes que com 245 milhões de euros, contribuem com 82,4% para o total da receita corrente. Do total transferências correntes, 225,2 milhões de euros são provenientes do orçamento da Região, representando 91,9%.

Nas receitas de capital, os 55,2 milhões de euros que se prevê arrecadar, corresponderão quase na sua maioria a transferências de capital (98,9%). Tal como nas transferências correntes, a parcela que mais se destaca é a originária do orçamento da Região (30,5 milhões de euros).

O valor orçamentado para a despesa, reparte-se por 297 milhões de euros para as despesas correntes, ou seja, 82,8% do total, e por 55,6 milhões de euros para as despesas de capital. Os restantes 5,9 milhões de euros ficam afectos às operações extra-orçamentais.

À semelhança dos anos anteriores são as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços correntes, as rubricas que mais se destacam, uma vez que, representam 86,8% do total das despesas correntes, estimando-se que atinjam os 149 milhões de euros e os 108,9 milhões de euros, respectivamente.



Dos 55,6 milhões de euros orçamentados para as despesas de capital, 33,4 milhões de euros (60,1 %) dizem respeito a transferências de capital, e 21,1 milhões de euros (37,9%) a aquisição de bens de capital.

Classificação Orgânica

A repartição orgânica do orçamento afecto aos serviços e fundos autónomos é a que abaixo se apresenta:

Departamentos	Montantes em €	%
Presidência do Governo Regional	400.000	0,11%
Secretaria Regional da Educação e Ciência	49.045.848	13,68%
Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	9.638.068	2,69%
Secretaria Regional da Economia	41.297.010	11,52%
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	228.360.491	63,70%
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	29.750.992	8,30%
Total	358.492.409	100,00%

A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais assume 63,7% das despesas orçamentadas para os FSA, tendo afecto um valor esperado de 228,4 milhões de euros. Dos FSA dependentes desta Secretaria, destacam-se, pelo peso que assumem no orçamento, os seguintes:

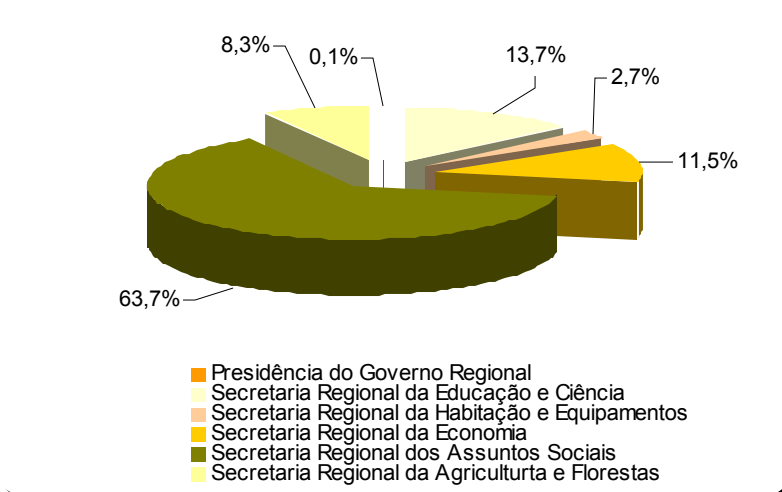
- Hospital do Divino Espírito Santo – 22,2%
- Hospital de Santo Espírito – 15,0%
- Centro de Saúde de Ponta Delgada – 12,8%

O segundo departamento com maior peso no orçamento total dos FSA, é a Secretaria Regional da Educação e Ciência, com 13,7% do valor total orçamentado, de onde se destaca o Fundo Regional da Ciência e



Tecnologia que representa 21,6%, do total orçamentado para a referida Secretaria Regional.

Graficamente, a proporção que cada Secretaria Regional assume no total do orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos, é a apresentada de seguida.



Classificação Funcional

No contexto da classificação funcional, as despesas globais dos FSA são as especificadas no quadro seguinte.

Descrição	Montantes em €	%
Funções Gerais Soberania	12.222.646	3,4%
Funções Sociais	252.527.661	70,4%
Funções Económicas	79.048.102	22,1%
Outras Funções	14.694.000	4,1%
TOTAL	358.492.409	100,00%



A afectação da maioria da despesa às funções sociais, à semelhança do verificado nos anos anteriores, denota a importância destas funções, que representam 70,4% do total da despesa, seguindo-se as funções económicas (22,1%), das outras funções (4,1%) e por último, das funções gerais de soberania (3,4%).

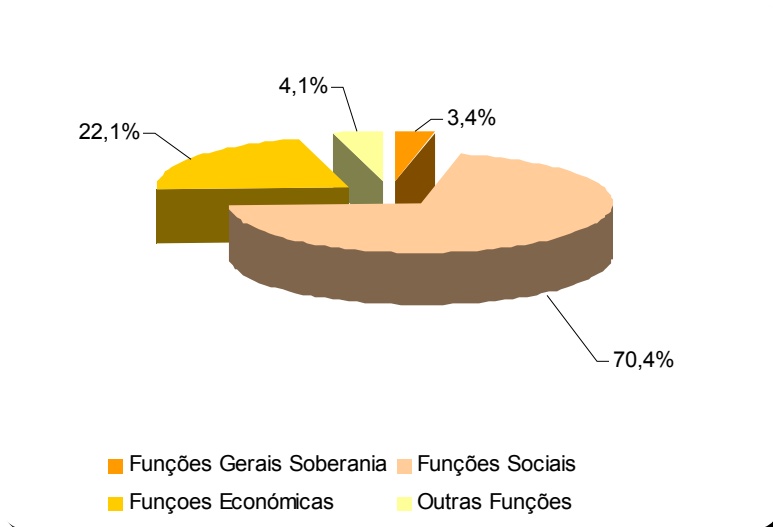
Relativamente às funções sociais, a proporção que cada função de carácter social assume do total destas, é de:

- Educação – 9,0%
- Saúde – 87,8%
- Segurança e Acções Sociais – 2,6%
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – 0,6%.

Os 79 milhões de euros afectos às funções económicas desagregam-se do seguinte modo:

- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 37,7%
- Indústria e Energia – 52,2%
- Transportes e Comunicações – 10,1%.

O gráfico a seguir, mostra a proporção que cada função assume no total do orçamento dos FSA.





D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo

O Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo, para 2007 é de 1.357,4 milhões de euros, conforme quadro a seguir apresentado.

(Euros)	
Designação	Consolidado
Receitas Correntes	703.135.333
Receitas fiscais	474.668.997
Outras	228.466.336
Receitas de Capital	381.081.338
Outras Receitas	3.904.506
Operações Extra Orçamentais	269.267.345
Total da Receita	1.357.388.522
Despesas Correntes	772.865.876
Despesas com Pessoal	426.704.478
Outras	346.161.398
Despesas de Capital	315.255.301
Operações Extra Orçamentais	269.267.345
Total da Despesa	1.357.388.522

No que concerne à receita, estima-se que as receitas correntes atinjam os 703,1 milhões de euros (51,8% do total da receita), ressaltando-se, nestas, a proporção das receitas fiscais que, com 474,7 milhões de euros, correspondem a 67,5% do total da receita corrente. Os restantes 228,5 milhões de euros dizem respeito a outras receitas correntes.

Relativamente às receitas de capital, prevê-se que estas possibilitem uma arrecadação de 381,1 milhões de euros.

No contexto das despesas, destacam-se as despesas correntes, com 772,9 milhões de euros (56,9% do total) estimando-se que 426,7 milhões de euros orçamentados para este agregado, sejam dispendidos com pessoal.

As despesas de capital estão estimadas em 315,3 milhões de euros.



V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL

A) Dívida Pública

Pelo artigo 70.º da Lei n.º 55-B/2004, de 30/12 – Orçamento de Estado para 2005, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 39-A/2005, de 29/07 – Orçamento de Estado Rectificativo para 2005, a Região Autónoma dos Açores ficou, uma vez mais, impossibilitada de contrair empréstimos, incluindo todas as formas de dívida que originassem um aumento do seu endividamento líquido.

Serviço da Dívida Pública

No decorrer do ano de 2005, os encargos da dívida pública foram de 7,2 milhões de euros, afectos na íntegra ao pagamento de juros, conforme abaixo se descremina.

AMORTIZACOES E JUROS PAGOS PELA RAA
31-12-05

INSTITUICAO	DATA	JUROS PAGOS	AMORT.EFFECT.	TOTAL
C/C DGT			0,00	0,00
C/C DGT			0,00	0,00
DEXIA	01-12-05	2.231.825,69	0,00	2.231.825,69
"FRN" - 2008	22-08-05	2.012.275,42	0,00	2.012.275,42
Encargos da dívida em moeda nacional		4.244.101,11	0,00	4.244.101,11
"FRN" - 2006	19-08-05	1.153.968,93	0,00	1.153.968,93
"FRN" - 2006 - Fungível	19-08-05	1.759.659,22	0,00	1.759.659,22
Encargos da dívida em moeda estrangeira		2.913.628,15	0,00	2.913.628,15
TOTAL DE ENCARGOS		7.157.729,26	0,00	7.157.729,26
Outros Encargos Correntes da Dívida		0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Financeiros - Aval		0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		7.157.729,26	0,00	7.157.729,26

Os encargos da dívida pública, nos últimos seis anos, evidenciaram uma tendência decrescente dos encargos totais da dívida (sem



amortizações), justificada pelo decréscimo das taxas de juro, conforme quadro que abaixo se apresenta.

Encargos da Dívida Pública

(Milhares de Euros)

Anos	Juros	Amortizações	Outros Encargos	Total
2000	10.299	0	39,2	10.338
2001	9.376	60.548	91,0	70.015
2002	9.057	26.659	16,0	35.732
2003	7.592	0	0,0	7.592
2004	7.370	0	0,0	7.370
2005	7.158	0	0,0	7.158

Evolução da dívida pública

Em 2006 e de acordo com o artigo 89.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30/12 – Orçamento de Estado para 2006, a Região Autónoma dos Açores ficou, uma vez mais, impossibilitada de contrair novos empréstimos, pelo que o stock da dívida no final do corrente ano, se manterá inalterado.

No decorrer do 3.º trimestre de 2006, a Região procedeu a uma operação de refinanciamento da sua dívida, no valor de 49,8 milhões de euros, junto do Depfa Bank, plc.

A desagregação da dívida, no final do corrente ano, segundo a natureza da moeda em que está expressa, encontra-se patente no quadro seguinte.



Região Autónoma dos Açores
Vice - Presidência do Governo Regional
Direcção Regional do Orçamento e Tesouro

DÉVIDA DIRECTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, EM 31/12/2006 (em Euros)

	EMPRÉSTIMOS							MONTANTE DÉVIDA €
	Tipo Moeda	DATA Inicial	DATA Final	MONTANTE	AMORTIZA,ÇO	SALDO ACTUAL	TAXA CÂMBIO	
1) Dévida denominada em Euros								
Dexia - Project & Public Finance	EURO	3 out, 2002	1 dez, 2007	56.587.474,00	0,00	56.587.474,00		56.587.474,00
AZORES - FRN - 2008	EURO	22 ago, 2001	22 ago, 2008	91.250.000,00	0,00	91.250.000,00		91.250.000,00
Depfa - Bank	EURO	17 ago, 2006	17 ago, 2016	49.800.000,00	0,00	49.800.000,00		49.800.000,00
TOTAL 1				197.637.474,00	0,00	197.637.474,00		197.637.474,00
2) Dévida denominada em moedas n.º Euro								
US\$85.000.000 FRN "Fungible" [®]	USD	27 nov, 1997	18 ago, 2009	85.000.000,00	0,00	85.000.000,00	182,3530	77.313.674,05
TOTAL 2								77.313.674,05
DÉVIDA TOTAL (1+2)								274.951.148,05

Para 2007, e à semelhança dos últimos quatro anos, a Região não prevê aumentar o seu stock de dívida pública.



B) Avals

A 31 de Dezembro de 2005, a responsabilidade de avals da Região Autónoma dos Açores era de 400,4 milhões de euros.

Nos termos do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º3/2006/A, de 16 de Janeiro, o limite máximo de avals para 2006 foi fixado em 110 milhões de euros.

No corrente ano, a Região apenas concedeu um aval, à SPRHI, S.A, no montante de 36 milhões de euros, correspondendo a 32,7% do limite aprovado, não se prevendo conceder qualquer outro aval até ao final do exercício.

Tendo em conta que a SPRHI, SA, liquidou no decurso de 2006, empréstimos avalizados pela Região, no montante 13,8 milhões de euros, regista-se um aumento do endividamento líquido avalizado a esta sociedade em apenas 22,2 milhões de euros.,

De seguida apresenta-se a estimativa da responsabilidade por avals concedidos a 31 de Dezembro de 2006.



(Euros)

AVAL	MUTUANTE	MUTUÁRIO	CAPITAL INICIAL	RESPONSABILIDADE
1/88	K.F.W.	E.D.A.	10.225.837,62	682.063,42
2/89	K.F.W.	E.D.A.	5.112.918,81	853.857,40
2/92	K.F.W.	E.D.A.	4.090.335,05	1.911.209,07
3/93	B.E.I.	E.D.A.	2.501.991,06	1.513.454,40
4/93	B.E.I.	E.D.A.	17.960.724,73	3.120.738,26
1/98	CGD	SATA	13.467.543,22	4.040.262,97
1/00	BCA	LOTAÇOR	4.987.978,97	997.595,81
1/01	B.E.I.	E.D.A.	30.000.000,00	30.000.000,00
1/02	B.E.I.	E.D.A.	20.000.000,00	20.000.000,00
1/03	Westlb Covered Bind Bank pic	SPRHI, S.A	50.000.000,00	31.818.180,00
2/03	B.E.I.	E.D.A.	40.000.000,00	40.000.000,00
1/04	DEPFA ACS Bank	SPRHI, S.A	14.070.000,00	7.035.000,00
2/04	Banco Efisa	SAUDAÇOR	80.000.000,00	80.000.000,00
3/04	Déxia Credit local	APTG,s. ^a	11.000.000,00	11.000.000,00
5/04	Déxia Credit local	APTO,S.A.	5.000.000,00	3.000.000,00
6/04	DBI	SOGEO	10.000.000,00	10.000.000,00
1/05	B.E.I.	E.D.A.	30.000.000,00	30.000.000,00
2/05	Credit Suisse First Boston	SAUDAÇOR	80.000.000,00	80.000.000,00
3/05	Credit Suisse First Boston	SPRHI, S.A	30.000.000,00	30.000.000,00
1/06	DEPFA BANK, pcl	SPRHI, S.A	36.000.000,00	36.000.000,00
TOTAL			494.417.329,46	421.972.361,33

Como se pode constatar, o aumento das responsabilidades líquidas de avales da Região Autónoma dos Açores em 2006, serão apenas de 21,6 milhões de euros, montante este, bastante aquém do limite estipulado para o corrente ano, sendo a percentagem de utilização líquida de apenas 19,6%.

As responsabilidades líquidas de avales concedidos pela Região, nos últimos três anos, têm registado uma redução na sua utilização, as quais passaram de 148,7 milhões de euros, em 2004, para 120,7 milhões de euros, em 2005 e apenas 21,6 milhões de euros, no corrente ano.

A concessão de avales pela Região, em 2006, em termos líquidos, foi apenas de 17,9% do valor utilizado em 2005 e 14,5% do valor utilizado em



2004, tendo a concessão líquida de avales reduzido em 2006, 82%, em relação a 2005, isto é, cerca de 6 vezes menos que no ano anterior.

Para o ano de 2007, o limite máximo de avales proposto é de 90 milhões de euros, montante este inferior em 20 milhões de euros ao respectivo limite do corrente ano.



VI - Sector Público Empresarial Regional

As participações directas da RAA em empresas, instituições e associações, no início do ano de 2007, são determinadas de acordo com a importância estratégica das mesmas, o grau de autonomização dos serviços prestados e o sector de actividade em que se inserem.

No ano anterior, foram criadas as seguintes empresas:

1. **Ilhas de Valor SA**, que tem por objecto o planeamento, promoção e desenvolvimento de projectos no âmbito de actividades turísticas, comerciais, industriais, e outros serviços; A sociedade pode, acessoriamente explorar os serviços e efectuar as operações civis, comerciais, industriais e financeiras relacionadas directa e indirectamente, no todo ou em parte, com o seu objecto social ou que sejam susceptíveis de facilitar ou favorecer a sua realização;
2. **SPRAçores – Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, SA**, que tem como objecto principal o estudo, elaboração, implementação e gestão dos planos de ordenamento das bacias hidrográficas e planos especiais de ordenamento do território em todo o arquipélago dos Açores, bem como a gestão das áreas de intervenção dos mesmos, incluindo a compra, venda e expropriação por utilidade pública de imóveis situados nas áreas de intervenção dos respectivos planos, aprovados ou a aprovar, e a gestão dos fundos nacionais, regionais e ou comunitários afectos à sua salvaguarda, executando as obras públicas necessárias para a conservação, protecção e valorização ambiental;



3. **APIA - Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, EPE**, a empresa tem por objecto promover activamente a captação de projectos de investimento de capitais externos à Região, nacionais ou estrangeiros, apoiar a realização desses projectos de investimento e contribuir, junto de potenciais investidores, para a identificação e divulgação das oportunidades de investimento na RAA;
4. Há também a registar, a modificação do objecto social da **PA – Portos dos Açores, SGPS, SA** que veio permitir a criação de uma nova empresa no sector marítimo: a **Atlanticoline, SA**, que tem como objecto a exploração do transporte marítimo de passageiros, de veículos e de mercadorias, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque, e a gestão náutica e comercial de navios;
5. No Conselho de Governo realizado na Vila da Madalena (Ilha do Pico), a 14 de Setembro deste ano, foi aprovada uma proposta de DLR com vista à transformação do Instituto Regional de Ordenamento Agrário (IROA) em sociedade anónima de capitais públicos, que terá como objectivos a prestação de serviços de interesse económico geral na área do sector primário. Esta alteração permitirá o reforço da capacidade de investimento ao nível da rede regional de caminhos agrícolas, do abastecimento de água corrente e de energia eléctrica às explorações agrícolas, bem como dar um maior impulso ao emparcelamento agrícola e à reestruturação fundiária.



Durante o ano de 2007, prevê-se a conclusão da reprivatização de 10% do capital social ainda detido pela RAA na “Fábrica de Tabaco Micaelense, SA”.

No quadro seguinte é apresentada de forma mais detalhada as participações no Sector Público Empresarial das empresas detidas pela RAA.



QUADRO PARTICIPAÇÕES DIRECTAS E INDIRECTAS DO SPE

Denominação Social	Capital Social	Participações Directas		Participações Indirectas	
		Valor	%	Valor	%
EDA - Electricidade dos Açores, S.A	70.000.000	35.070.000	50,1		
SATA Air Açores - Soc. Açoriana de Transportes Aéreos, S.A	16.809.500	16.809.500	100,0		
PA - Portos dos Açores, SGPS, S.A	33.738.600	33.738.600	100,0		
SPRHI - Soc. de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas, S.A	7.950.000	7.950.000	100,0		
Saudaçor - Soc. Gestora de Recursos e Equipamentos de Saúde dos Açores, S.A	50.000	50.000	100,0		
Lotaçor - Serviço Açoriano de Lotas, S.A	4.500.000	4.500.000	100,0		
Ilhas de Valor, S.A	2.500.000	2.000.000	80,0		
<i>Fundo Regional de Coesão</i>		450.000	18,0	450.000	18,0
SATA Air Açores - Soc. Açoriana de Transportes Aéreos, S.A		25.000	1,0	25.000	1,0
AtlanticoLine, S.A		25.000	1,0	25.000	1,0
Participação Total.....		2.500.000	100,0	500.000	20,0
SPRAçores, S.A	50.000	50.000	100,0		
Teatro Micaelense - Centro Cultural e de Congressos, S.A	10.324.394	2.302.340	22,3		
<i>Fundo Regional de Coesão</i>		8.001.405	77,5	8.001.405	77,5
Participação Total.....		10.303.745	99,8	8.001.405	77,5
Pousadas da Juventude dos Açores, LDA	75.000	38.250	51,0		
Empresa de Transportes Colectivos de Sta Maria, LDA	5.000	4.950	99,0		
FTM - Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A	1.471.135	147.114	10,0		
Transmaçor - Transportes Marítimos Açorianos, S.A	425.000	85.000	20,0		
Associação Açoriana de Formação Turística Hoteleira	50.000	25.000	50,0		
SATA Air Açores - Soc. Açoriana de Transportes Aéreos, S.A		12.500	25,0	12.500	25,0
Participação Total.....		37.500	75,0	12.500	25,0
ARENA - Associação Regional de Energia da RAA	1.127.535	1.127.535	100,0		
INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores	710.096	465.762	65,6		
FTM - Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A		710	0,1	6.391	0,9
Participação Total.....		466.472	65,7	6.391	0,9
ENTA - Escola de Novas Tecnologias dos Açores	100.000	22.000	22,0		
FTM - Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A		200	0,2	2.000	2,0
INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores		45.920	45,9	70.000	70,0
EDA - Electricidade dos Açores, S.A		1.000	1,0	2.000	2,0
Participação Total.....		47.120	69,1	74.000	74,0
Associação de Turismo dos Açores	114.500	25.000	21,8		
SATA Air Açores - Soc. Açoriana de Transportes Aéreos, S.A		20.038	17,5	20.038	17,5
Participação Total.....		45.038	39,3	20.038	17,5
APIA - Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, EPE	50.000	50.000	100,0		
TOTAL	150.050.760	113.020.823		8.614.334	

O investimento público na RAA é promovido pelos departamentos governamentais e/ou por entidades públicas ou privadas, através de parcerias, de forma a desenvolver projectos estratégicos no âmbito da política de desenvolvimento definida pelo Governo.



As opções de investimento da RAA reflectem as políticas sectoriais definidas, as quais tem como objectivos a qualificação dos recursos humanos, o aumento da produtividade e da competitividade da economia, o reforço da coesão social e da igualdade de oportunidades, o ordenamento do território e a eficiência das redes estruturantes e a afirmação do sistema autonómico e da gestão pública.

De seguida apresenta-se, de forma sucinta, o enquadramento do investimento previsto para cada empresa:

IROA – Investimentos em caminhos agrícolas, rurais e florestais, abastecimento de água e energia eléctrica às explorações, para além de intervenção em diversas infra-estruturas e equipamentos de apoio;

LOTAÇOR – Melhoramentos em portos e infra-estruturas em todas as ilhas, acções com vista ao aumento da operacionalidade da frota e da própria actividade da pesca;

INOVA – Apoio à investigação e desenvolvimento tecnológico, bem como à transferência de tecnologia para as empresas e acções de controlo metrológico;

ENTA – Desenvolvimento de planos de formação ao tecido empresarial;

SPRHI – Apoios à construção e reconstrução de habitação; construção e reabilitação de estradas públicas;

PA, APTO, APTG, APTSM, ATLANTICOLINE – Intervenção em infra-estruturas portuárias, apoio a embarcações de passageiros e à construção de novos navios para o transporte marítimo de passageiros inter-ilhas;



GRUPO SATA – Cumprimento do contrato de obrigações de serviço público, satisfação dos compromissos resultantes do Contrato de Concessão da Gestão e Exploração dos Aeródromos Regionais e investimentos em infra-estruturas e equipamentos aeroportuários;

ARENA – Comparticipação financeira a candidaturas a programas comunitários nacionais e regionais, na elaboração de um plano de eficiência energética e ainda na promoção da utilização de recursos energéticos endógenos;

SAUDAÇOR – Construção e remodelação de Unidades de Saúde e apetrechamento em meios e equipamentos;

TEATRO MICAELENSE – Dinamização de actividades e manifestações culturais;

EMPRESA DE TRANSPORTES COLECTIVOS DE STA MARIA – Apoio e reestruturação do transporte colectivo regular;

APIA – Criação de condições especiais para a atracção de investimento externo;

ILHAS DE VALOR – Promover o reforço da coesão económica e social da Região;

ASSOCIAÇÃO AÇORIANA DE FORMAÇÃO TURÍSTICA HOTELEIRA – Apoio à formação profissional inicial e à reconversão/qualificação de activos;

ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DOS AÇORES – Acções de divulgação nos principais mercados emissores de turismo da Região (aumento dos fluxos turísticos, combate à sazonalidade, diversificação da oferta e da procura);

SPRAçores – Valorização da qualidade, desenvolvimento e promoção ambientais;



POUSADAS DA JUVENTUDE – Apoio ao funcionamento das pousadas em questão.